

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**TIAGO OLIVEIRA BALDASSO**

**REFORMA AGRÁRIA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E  
INDUSTRIALIZAÇÃO NA COREIA DO SUL**

**Porto Alegre**

**2016**

**TIAGO OLIVEIRA BALDASSO**

**REFORMA AGRÁRIA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E  
INDUSTRIALIZAÇÃO NA COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Gláucia Angélica Campregher

**Porto Alegre**

**2016**

**TIAGO OLIVEIRA BALDASSO**

**REFORMA AGRÁRIA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E  
INDUSTRIALIZAÇÃO NA COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao curso de Relações  
Internacionais da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS, como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gláucia Angélica Campregher - Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. André Moreira Cunha  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Ranincheski  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, pelo constante apoio e afeto ao longo de toda a minha vida, por serem exemplos de honestidade, trabalho e por sempre me apoiarem em tudo que pudesse influenciar positivamente na minha educação. Ao meu irmão Rafael, vulgo Baldo, pela parceria nas conversas filosóficas, na academia e na vida.

Agradeço a Alexandra, minha companheira na vida e na universidade, na boa e na ruim, pelo carinho, pelo amor e pela compreensão mesmo nos momentos difíceis.

A minha família e aos meus avós, pelo ambiente saudável e carinhoso em que pude crescer e me educar. A Simone, por ser exemplo de seriedade e perseverança e por proporcionar a mim através do seu trabalho o privilégio de ter tempo de sobra de lazer e estudo.

A professora Gláucia, minha orientadora, que nos primeiros anos de faculdade nos deu duas cadeiras confusas e difíceis, mas que acabaram por ser algumas das melhores experiências que tive na UFRGS. Obrigado pela sinceridade, paciência, pela originalidade e pela alegria de viver que você transmite a todo mundo, nos ajudando a pensar de maneira mais ampla, clara e humana.

Aos professores do ensino médio e do cursinho que contribuíram para que um dia eu pudesse frequentar a UFRGS e aos professores da Universidade que fazem jus ao nome dela, entregando um ensino de excelência com didática e tratando os alunos com respeito, carinho, mas que também cobram disciplina e desempenho dos seus discentes. Aqui cabe meu agradecimento aos professores Milan, Sonia, Hélio, Fonseca, Cepik, Visentini, Analúcia, Cunha e Reis. Agradeço também aos funcionários e servidores da FCE, em especial a Fabi. Aos camaradas do Xiru e as meninas da Graph Ideia pela presença constante nesses anos e pela simpatia.

Agradeço a todos os meus amigos que fazem dos meus dias mais engraçados e leves. Agradeço primeiramente ao meu fiel escudeiro e parceiro de todas as horas Gustavo Manduré. Saravá! Agradeço a galera da turma 9 do curso de Relações Internacionais, a galera do mochilão, aos amigos de outras turmas e a turma do

CEGOV. Agradeço em especial aos colegas Júlia, Silveira, Milagre, Zaffari, Santa, Kanter, Luan, Ju Freitas, Tito, Dondonis, Gabi Quevedo, Otávio, Lucas e Natasha, pela amizade sincera e pelo carinho. Aos guris do Dohms, que apesar de falarem muita besteira moram no meu coração: Heberle, João, Thomé, Luis, Henrich, Pedro, Álvaro e Linhares. Aos amigos da Itália pela acolhida e parceria: Alberto, Alessandro, Clara e Bo.

Ao colega Ricardo Glesse agradeço por ter pego uma conversa no ar no auditório da FCE e ter sugerido algumas ideias e bibliografia que acabaram se tornando o tema deste trabalho.

Gostaria de agradecer também a cada brasileira e brasileiro que com seu trabalho financiam as universidades públicas federais. Espero um dia ser capaz de retribuir à sociedade o privilégio que me foi concedido por estudar em uma delas.

## RESUMO

A Coreia do Sul é um dos poucos países que logrou industrializar-se em um curto período de tempo e é provavelmente o exemplo de maior sucesso de superação do subdesenvolvimento no período do pós-Guerra. A industrialização do país tomou forma após um período conturbado onde realizou-se uma Reforma Agrária. Este trabalho tem como objetivo analisar como a Reforma Agrária, aliada à modernização da agricultura conduzida pelo Estado, influenciou positivamente na produtividade da agricultura, possibilitando ao governo coreano canalizar recursos deste setor para a indústria nascente. Partimos da hipótese de que sem um Estado forte e centralizado e sem uma reforma agrária esse processo não teria sido possível, inviabilizando ou retardando o desenvolvimento industrial, uma vez que a agricultura não poderia cumprir suas funções no desenvolvimento capitalista: acumular capital, liberar mão de obra e constituir um mercado inicial para a indústria.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Industrialização. Desenvolvimento. Coreia do Sul. Agricultura.

## **ABSTRACT**

South Korea is one of the few nations that managed to achieve industrialization in a short period of time and it is probably the best example in terms of overcoming underdevelopment on the second half of the 20th century. Industrialization on the country took place after a chaotic period in which a Land Reform was carried. This work intends to analyze how the land reform, combined with the modernization of agriculture carried out by the State, influenced positively on agriculture's productivity, boosting yields and generating surpluses that the State was able to direct into the infant industry. Our hypothesis is that without a strong and centralized State and without the Land Reform, this process wouldn't have been possible, hindering or delaying significantly the industrialization process, once agriculture wouldn't be able to provide its three main functions on capitalist development: accumulating capital, freeing up labor for industry and constituting an initial market for infant industry.

**Keywords:** Land Reform. Industrialization. Development. South Korea. Agriculture.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 ANTECEDENTES, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO DA AGRICULTURA PRÉ-REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Submissão da Coreia ao Japão (1876-1945).....	14
2.1.1 A era Meiji e a expansão imperialista do Japão.....	14
2.1.2 Colonização japonesa da Coreia (1910-1945).....	15
2.1.3 Agricultura e propriedade da terra antes e durante a Colonização Japonesa.....	16
2.2 Liberação, ocupação dos EUA e a Reforma Agrária.....	20
2.2.1 Ocupação dos EUA e a divisão da Coreia.....	20
2.2.2 Propostas e aplicação da Reforma Agrária e seus resultados imediatos.....	22
<b>3 CENTRALIZAÇÃO DE PODER E CAPACIDADE DO ESTADO.....</b>	<b>28</b>
3.1 Influência da colonização japonesa na formação da burocracia e do Estado.....	29
3.2 A Reforma Agrária e seus efeitos no fortalecimento do Estado.....	32
3.3 Fortalecimento do Estado no governo Park Chung-Hee.....	33
<b>4 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E TRANSIÇÃO PARA A INDÚSTRIA....</b>	<b>38</b>
4.1 Especificidades da Coreia do Sul e o sistema de incentivos introduzido pela Reforma Agrária.....	39
4.1.1 Agricultura familiar baseada na jardinagem.....	39
4.1.2 O papel dos incentivos.....	41
4.2 Aumentos na produção e na produtividade.....	42
4.3 Mecanismos de intervenção do Estado no mercado de produtos agrícolas.....	45
4.4 Desenvolvimento da indústria em sinergia com a agricultura.....	48
4.4.1 Fornecimento de mão de obra da agricultura para a indústria.....	48
4.4.2 Economia rural como mercado doméstico para indústria nascente.....	50

<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO A - Consumo final das famílias (em % do PIB) na Coreia do Sul.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO B - Exportações de bens e serviços (em % do PIB) na Coreia do Sul..</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Coreia do Sul é um dos poucos países que logrou industrializar-se em um curto período de tempo e é provavelmente o exemplo de maior sucesso de superação do subdesenvolvimento no período do pós-Guerra. Sendo por volta de 1953 um dos países mais pobres do mundo, tendo recém-saído de um longo período de colonização japonesa e enfrentado dois conflitos de largas proporções (II Guerra Mundial e Guerra da Coreia), a porção sul da Coreia realizou, sob a ocupação dos Estados Unidos, uma reforma agrária *capitalista*<sup>1</sup> de grandes proporções, que distribuiu as terras de colonos japoneses e de uma pequena elite nativa para os camponeses que nela trabalhavam, o que é considerado por muitos analistas de fundamental importância para o desenvolvimento do país nas décadas seguintes, quando o país tornou-se rapidamente em uma economia industrial avançada, tendo multiplicado sua renda per capita por um fator de quase 20<sup>2</sup>, estando o valor deste indicador hoje na faixa dos 35 mil dólares, comparável a nações desenvolvidas como Espanha, Israel e Itália<sup>3</sup>.

Não raro as interpretações do *mainstream* e o senso comum explicam o sucesso da economia sul-coreana prestando muito mais atenção às fases mais sofisticadas da industrialização e subseqüentes a reforma agrária (indústria naval, pesada, petroquímica, eletrônicos, etc.) e creditando a fatores duvidosos como “educação”<sup>4</sup> e “livre mercado”<sup>5</sup> os louros do desenvolvimento econômico. No entanto, é inexistente um país que tenha alcançado o desenvolvimento sem antes modernizar e criar uma agricultura capitalista de alta produtividade, a qual pudesse gerar

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo para ressaltar o fato de que a reforma foi baseada na propriedade privada e familiar da terra, em oposição ao modelo de coletivização operado em alguns países socialistas, como por exemplo na Coreia do Norte.

<sup>2</sup> De US\$ 1.072 em 1953 para US\$ 21.701 em 2010, em dólares *Geary-Khamis* de 1990, de acordo com The Maddison-Project (2013)

<sup>3</sup> PIB per capita em termos de paridade do poder de compra. Dados retirados de World Bank (2015)

<sup>4</sup> O efeito benéfico da educação sobre o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul é bem documentado, mas antes de ser sua causa primordial, aparece muito mais como uma consequência de decisões de investimento geradas pela necessidade de mão-de-obra especializada para a industrialização. (PILLAY, 2010, p.93)

<sup>5</sup> Claramente não é o caso da Coreia do Sul. Dedicamos nosso capítulo 3 justamente a explicitar a maneira pela qual o Estado coreano logrou centralizar poder e controlar diferentes preços e mercados.

excedentes a serem investidos na indústria. Quase todos os países ricos e com alto desenvolvimento humano (excluem-se aqui alguns paraísos fiscais, petromonarquias e cidades-estado) organizaram sua agricultura de modo a aumentar sua produtividade e a proporcionar um desenvolvimento sinérgico e equilibrado com o setor industrial. A Coreia não é uma exceção a essa regra, e por isso através deste trabalho pretende-se contribuir para a discussão do desenvolvimento da agricultura e da industrialização em países pobres e em desenvolvimento ao clarificar as estratégias pelas quais este país logrou desenvolver-se.

Por essas razões, a análise das estratégias e políticas de desenvolvimento adotadas no período inicial da industrialização do país são de grande importância para estudiosos do desenvolvimento econômico e industrial, sendo na Coreia do Sul de particular interesse o período que vai aproximadamente de 1953 até 1975 e que é o foco deste trabalho. Nesse período, ocorreram reformas estruturais e o país deu seus primeiros passos no processo de industrialização, desenvolvendo também uma agricultura moderna e capitalista.

Este trabalho visa a analisar os processos da Reforma Agrária e da modernização da agricultura capitaneada pelo Estado nas três décadas que se seguiram ao fim da 2ª Guerra Mundial na Coreia do Sul. A questão principal que nos interessa é identificar quais foram os efeitos desses processos no desenvolvimento da primeira fase da industrialização do país.

Entre as tarefas essenciais da agricultura em uma economia capitalista estão o provimento de mão de obra, a acumulação de capital e a constituição de demanda inicial para a indústria nascente. Partimos do pressuposto de que sem a Reforma Agrária estas três tarefas não poderiam ter sido realizadas e de que sem a atuação forte do Estado coreano, operando estas mudanças ativa e conscientemente, a industrialização do país tardaria e não teria o mesmo dinamismo que teve, como pode-se ver grosso modo em alguns países da Ásia e da América Latina que iniciaram mas não completaram suas industrializações.

A partir desse objetivo mais geral de identificar a natureza da reforma agrária e da modernização da agricultura na Coreia, procuraremos também verificar como os ganhos de produtividade agrícola advindos desses processos puderam ser mais do

que simplesmente distribuídos via mercado ao todo da economia, mas serem efetivamente direcionados para a indústria nascente manufatureira pelo Estado sul-coreano via um série de mecanismos, entre eles o controle do mercado de produtos e insumos agrícolas, a distorção de preços de mercado desses produtos, a concessão de financiamentos e subsídios à indústria nascente, entre outros, o que só pôde ser levado a cabo com sucesso dado o caráter centralizado e autoritário do governo do período.

Para atingir os objetivos principais deste trabalho, uma série de objetivos específicos precisarão ser desenvolvidos para ajudar a clarificar nossa hipótese central, tais como:

- a contextualização histórica da situação política/social antes e durante o período da Reforma Agrária, visto que se tratava de uma situação *sui generis*, devido aos conflitos que atingiram o país e o contexto da Guerra Fria;
- o estudo das origens e características do Estado centralizado e autoritário na Coreia do Sul, capaz de conduzir o desenvolvimento agrícola e industrial do país;
- o detalhamento das políticas de desenvolvimento da agricultura operadas pelo Estado e a análise de dados que ajudem a verificar nossa hipótese, principalmente relativos à produção e a produtividade agrícola, as mudanças no regime de propriedade da terra, à migração campocidade, entre outros.;
- análise das políticas de Estado que canalizaram recursos para a indústria manufatureira nascente, através de monopólios no fornecimento e na compra de insumos e produtos agrícolas, de subsídios, crédito, etc. e de como o setor agrícola serviu como primeiro mercado para a produção industrial.

O trabalho está estruturado em 5 partes principais: esta introdução, três capítulos de desenvolvimento do tema e conclusão.

No segundo capítulo buscaremos analisar o processo da Reforma Agrária e o contexto histórico, político e social em que se deu, dando atenção ao papel formador

do período de colonização japonesa e das duas guerras vividas pelo país, antecedentes históricos que junto ao vácuo criado pela eliminação da elite terratenente ajudam a entender a gênese de um Estado autoritário, centralizado e capaz de efetivar sua política de desenvolvimento.

Também nesse capítulo é analisado a atuação dos EUA como força ocupante e seu papel no processo de elaboração e aplicação da Reforma Agrária. Em seguida analisamos as consequências imediatas da reforma na estrutura da tenência da terra e os impactos mais imediatos na economia e na sociedade.

Em seguida, no terceiro capítulo, analisamos o processo histórico pelo qual o Estado Coreano logrou centralizar poder e obter excepcional capacidade estatal, salientando três episódios/períodos principais: a colonização japonesa, a Reforma Agrária e o governo de Park Chung-Hee (1961-79). Com essa contextualização histórica discutimos o papel do Estado na condução da política industrial, atentando para os instrumentos que o mesmo controlava, como subsídios, crédito, licenças de produção e etc. e como os utilizou estrategicamente na consolidação dos conglomerados coreanos, estimulando o nascente setor manufatureiro.

O quarto capítulo versa sobre os efeitos no médio e longo prazo sobre a produtividade agrícola causados pela Reforma Agrária e pelas políticas de modernização da agricultura. Os resultados das mesmas são analisados considerando dados pertinentes, tais como dados sobre a produção e a produtividade agrícola, tamanho médio de lotes, estrutura da propriedade da terra, peculiaridades da agricultura de *jardinagem*, migrações internas, entre outros.

Analisamos também nesse capítulo as maneiras pelas quais o Estado logrou transferir o excedente gerado no setor agrícola para o setor industrial, como por exemplo através do monopólio do fornecimento de insumos agrícolas e da compra por parte do Estado da produção agrícola abaixo de preços de mercado.

Neste capítulo também mostramos como a modernização da agricultura progressivamente liberou mão-de-obra barata e em quantidade razoável (e não excessiva, como no caso da América Latina, por exemplo) para a indústria e comentamos o direcionamento da economia para o esforço exportador, finalizando

com uma análise a respeito de como o setor agrícola teria servido como primeiro mercado para a indústria nascente.

Por fim, na conclusão juntamos os principais argumentos defendidos ao longo dos capítulos anteriores para verificar a hipótese de trabalho, bem como fazer alguns comentários a respeito de casos análogos de desenvolvimento econômico de países como Taiwan e Japão e a respeito de casos similares mas em algum ponto desviantes como os do Sudoeste asiático e da América Latina, casos esses interessantes mas que não foram analisados a fundo neste trabalho e que sugerimos como possíveis campos de aprofundamento da pesquisa.

## **2 ANTECEDENTES, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO DA AGRICULTURA PRÉ-REFORMA AGRÁRIA**

Para melhor entender Reforma Agrária e suas consequências na Coreia do Sul<sup>6</sup> é necessário analisar a situação do país à época da sua aplicação, bem como o tipo de organização da agricultura existente até então. Também é útil contextualizar historicamente o período, uma vez que as condições para que se tenha ocorrido a Reforma Agrária fogem totalmente de uma situação de normalidade, visto que o país passou por um longo período de colonização japonesa, pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra da Coreia, tornando-se também uma área de disputa entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria.

Neste capítulo retomamos principalmente a situação da Coreia sob a colonização japonesa, período que precarizou a condição de vida dos agricultores coreanos, que formavam a maioria da população. Analisaremos como a administração japonesa fez do país um espaço para a produção e extração de excedente agrícola, principalmente através de relações de propriedade da terra e das rendas daí derivadas, utilizadas para fomentar a industrialização e o expansionismo do Japão.

### **2.1 Submissão da Coreia ao Japão (1876-1945)**

#### **2.1.1 A Era Meiji e a expansão imperialista japonesa**

A presença acentuada de interesses japoneses na península coreana data da era Meiji (1868-1912), período onde o Japão logrou superar sua estrutura produtiva retrógrada, agrária e feudal e mover na direção da centralização política, da modernização de suas instituições e da industrialização em moldes europeus/ocidentais (STUDWELL, 2013, p.83). Aspirando atingir o nível de poderio

---

<sup>6</sup> O termo “Coreia” neste capítulo será utilizado para fazer referência à península como um todo, isto é, a área que hoje engloba os Estados da Coreia do Sul e do Norte, unificados à época da colonização japonesa.

econômico e militar das potências europeias do final do século XIX<sup>7</sup>, o país buscou da mesma maneira que seus pares europeus conquistar zonas de influência e colônias para si de maneira imperialista, de forma a obter matérias primas, mercados para sua produção industrial e maior segurança territorial.

Nesse contexto é que deve-se entender a crescente ingerência do Japão na península coreana ao longo do último quartel do século XIX, período onde o país se expandiu em sua região, envolvendo-se e vencendo conflitos com a China (1894-95) e com a Rússia (1904-05). Ao longo deste período o Japão forçou a Coreia a assinar uma série de tratados desiguais através da chamada “*gunboat diplomacy*”<sup>8</sup>. Com estes tratados, o Japão conseguiu abrir portos e obter vantagens comerciais sobre o país (1876), o que pavimentou o caminho para eventualmente tornar a Coreia seu protetorado (1905) e anexá-la (1910). (ASIA FOR EDUCATORS, 2009)

### **2.1.2 Colonização japonesa da Coreia (1910-45)**

À época do início do período de colonização japonesa, já haviam diversos comerciantes e colonizadores japoneses vivendo na Coreia e existia uma forte pressão do governo japonês para estimular a emigração, visto que considerava-se que o Japão estaria com uma densidade populacional acima do desejado, principalmente em áreas rurais.

Durante um período de 35 anos (1910-1945), os japoneses mudaram drasticamente a estrutura econômica e social da Coreia. Interpretações sobre o período, no entanto, divergem a respeito da colonização japonesa ter tido um impacto positivo ou negativo. Mason et al. (1980, p. 75, citado por AMSDEN, 1989, p.32) salienta que apesar de o nível de vida da população coreana ter declinado, a colonização japonesa criou algumas das bases para o futuro crescimento econômico.

---

<sup>7</sup> Uma análise interessante sobre as semelhanças entre o Japão e a Alemanha recém-unificada no início de seus processos de industrialização é feita por Joe Studwell (2013, p.83)

<sup>8</sup> Coerção política através de um ataque ou da ameaça de um ataque naval, geralmente baseada na utilização de navios encouraçados, comumente utilizada pelas potências ocidentais (principalmente EUA, Alemanha e Inglaterra) no período do imperialismo do final do século XIX.

Contribui para essa visão o fato de que, ao contrário do modelo de colonialismo europeu, o Japão chegou a implantar na Coreia algumas indústrias, a maioria destas complementares e subordinadas aos interesses da economia japonesa. Os japoneses criaram também uma série instituições e estruturas modernas (em oposição às instituições dinásticas e “feudais” anteriores), que, no entanto, foram desenhadas não para o desenvolvimento do país e sim para sua contribuição à expansão japonesa, como coloca Alice Amsden (1989, p.32, tradução nossa):

Os japoneses desmontaram instituições que remontavam a 1000 anos de poder dinástico e, do dia para a noite, em 1910, fizeram o que a nobreza coreana havia falhado em fazer durante séculos: a abolição da escravidão, a codificação das leis, etc. Os japoneses também criaram uma moderna infraestrutura nas áreas das finanças, do transporte e do comércio. Mesmo assim, a colonização japonesa teve muito mais sucesso em destruir as velhas bases do que estabelecer novas.

Amsden também coloca que investimentos foram feitos em educação com vistas a assimilar a população coreana à sociedade japonesa. No entanto, os coreanos não tinham acesso a cargos altos no governo e nem controlavam as indústrias maiores. Quase todo o capital industrial no país pertencia a conglomerados japoneses e grande parte da indústria no país foi erigida como parte do esforço de guerra japonês nos anos 30, criando distorções, como um setor desproporcional de indústria pesada (Ibid. p.34). A autora salienta que é no setor da agricultura, no entanto, que se pode ver melhor o caráter contraditório da “modernização” durante a colonização japonesa, que analisamos a seguir.

### **2.1.3 Agricultura e propriedade da terra antes e durante a colonização japonesa**

O sistema de posse da terra anterior à colonização japonesa, durante a dinastia Joseon (1392-1897), era baseado em um estado descentralizado, “feudal” e dinástico, cuja elite dominante era composta por uma família real, pela nobreza e por burocratas. A maior parte dessa elite era proprietária ausente de terras e coletava aluguéis de

camponeses arrendatários pobres (embora houvesse uma pequena parcela de camponeses-proprietários), que formavam a maioria da população. Segundo Betty King (1975, p.4), em 1910 cerca de 80% da população estava inserida no setor da agricultura. Havia também um grupo menor de senhores de terras locais, geralmente nobres, que exerciam poder autoritário nos seus domínios. Os camponeses trabalhavam em regime de servidão e se não pagassem seus aluguéis e impostos poderiam descer à condição de escravos e ser trocados como mercadorias (PARK, 2013, p.50).

Este sistema pré-colonização de tenência da terra era baseado nos costumes e na tradição, inexistindo uma espécie de cadastro ou censo rural. Dessa forma, a maioria dos proprietários de terra não possuía títulos. O primeiro esforço no sentido de realizar um censo das terras agrícolas e sistematizar a propriedade da terra foi feito pelos japoneses após a anexação, de 1910 a 1918. Esse cadastro foi feito com base em um sistema de “reportagem”, onde o dono das terras deveria manifestar-se e apresentar documentos. Dada a condição precária da época, não é difícil imaginar que milhares de pequenos camponeses-proprietários subestimaram a importância desse censo e acabaram por perder formalmente a sua propriedade em favor de japoneses. Park (2013, p.53) aponta que por esse “abandono” cerca de 15% das terras agrícolas e 60% das áreas de floresta teriam passado para mãos japonesas.

Park (Ibid., p.54, tradução nossa) ilustra bem a precarização dos agricultores coreanos no que tange à propriedade da terra durante o período colonial:

(...)o valor das terras de 120 mil proprietários coreanos somavam 32% do valor total das terras, enquanto os outros 68% estavam na mão de apenas 8 mil japoneses. Especificamente, comparados com 365 japoneses, apenas 228 coreanos eram proprietários de mais de 100 *hectares*<sup>9</sup> de terra. Sob o imperialismo japonês, a centralização da propriedade da terra foi rapidamente alcançada, e a taxa de agricultores arrendatários subiu de 39% no período 1913-1917 para 56% em 1938. A área arrendada também aumentou de 160 mil hectares em 1914 para 260 mil hectares em 1938.

---

<sup>9</sup> Na verdade *jungbo*, unidade que equivale a 0,99 hectares. Usaremos hectare no lugar de *jungbo* nesse trabalho para maior conveniência.

Outro fator a pressionar os camponeses arrendatários eram as altas rendas e impostos sobre a terra que deviam pagar aos proprietários e ao governo japonês. Durante todo o período colonial a taxa de arrendamento subiu, especialmente a partir dos anos 30 com o esforço de guerra japonês, que acabava por “espremer” ainda mais os agricultores com vistas ao fornecimento de alimento (principalmente arroz) para o Japão (Ibid., p.54). Shin (1976) apresenta dados interessantes que mostram a progressiva subida das taxas de arrendamento:

**Tabela 1 - Aumento nas taxas de arrendamento**

Períodos	<i>Chongjo</i> *	<i>Tajo</i> **	<i>Chipjo</i> ***
Período da Dinastia Yi (início do século XX)	33-50%	50%	33-50%
1920	40-50%	50%	39-50%
1930	50-60%	50%-55%	50-55%

Fonte: Elaboração própria, com base em Shin (1976, p.15)

Nota: \* Porção fixa do arrendamento, coletada independentemente do produto; \*\* Porção da colheita fixa, \*\*\* Aluguel negociado anualmente.

A condição precária dos camponeses arrendatários (aproximadamente 77% das famílias<sup>10</sup> agricultoras) é largamente documentada por diversos autores. Yong-Ha Shin (Ibid, p. 15) salienta que as altas taxas de arrendamento, em sua maioria pagas em produto (alimento) suprimiram o consumo de alimentos dos agricultores coreanos para um nível de mera subsistência. Amsden (1989, p. 54) verifica que foi exatamente isso o que aconteceu: o índice de consumo de arroz (principal item da dieta) caiu de 100 em 1915-19 para 56 em 1934-38, com queda similar em milho, cevada e feijão, outros alimentos básicos da dieta típica do país. O mais interessante é notar que essa precarização ocorreu paralelamente a aumentos anuais de cerca de 2,6% na produção agrícola (Ibid., p.54), o que indica que os camponeses foram “espremidos” cada vez mais com vistas a extrair excedentes. Muitas famílias coreanas, como aponta King (1975, p. 18), foram forçadas a abandonar seus vilarejos de origem em direção

<sup>10</sup> Segundo Shin (1976, p.16). O valor é resultado da soma de *households* arrendatários e parcialmente arrendatários em 1942.

a Sibéria ou a Manchúria para poder cultivar um pedaço de terra onde não fossem subjugados pelos japoneses.

Enfrentando constrangimentos financeiros crescentes, não é difícil de imaginar que revoltas camponesas se tornaram cada vez mais frequentes. Shin (1976, p.17), por exemplo, ressalta que o número de casos de disputa de terras saltou de meros 15 para 31.799 de 1920 a 1937, sendo comum a intervenção violenta do Japão em favor dos proprietários de terra. O mesmo autor comenta (Ibid., p. 15), a respeito da pobreza dos agricultores, que

O fardo imposto aos camponeses pelas relações de propriedade da terra os tornaram extremamente pobres. De acordo com estatísticas do Governo Geral da Coreia<sup>11</sup>, 68,1% dos arrendatários eram indigentes e não raro passavam fome durante a primavera<sup>12</sup> na década de 30. Similarmente, 37,5% dos parcialmente arrendatários e 18,4% dos agricultores-proprietários eram também indigentes.

Outro ângulo de análise interessante para analisar o desempenho da agricultura no que tange à produtividade agrícola e sua contribuição para o desenvolvimento da economia coreana parte de uma ótica mais “microeconômica”. Os incentivos de mercado para o melhoramento das técnicas, o uso de fertilizantes e máquinas, obras de irrigação e etc. eram praticamente nulos, uma vez que era muito mais fácil para os proprietários de terra aumentar os aluguéis e adquirir mais terras do que investir nesses melhoramentos.

Joe Studwell (2013, p.4) compartilha dessa visão, explicando que os arrendatários, ao ter que lidar com altos aluguéis, insegurança da posse da terra e dívidas não eram estimulados a fazer investimentos. O autor coloca que tampouco os proprietários os faziam, já que frente a uma situação onde a demanda por terra aumenta mais do que a oferta, estes eram encorajados a aumentar as taxas de arrendamento ao invés de investir com vistas a aumentar a produtividade.

---

<sup>11</sup> Órgão de governo japonês na Coreia durante a colonização.

<sup>12</sup> A colheita do arroz, principal item da dieta, é feita no outono.

Nos valemos até aqui de diversas contribuições que ilustram a condição de progressiva precariedade do campo, o que é útil para podermos entender a atmosfera de efervescência política, econômica e social que à época do final da Segunda Guerra pressionava pela Reforma Agrária. Passamos a analisar agora o período no qual o Japão, ao perder a guerra, é removido da península coreana e os Estados Unidos ocupam o país, realizando a Reforma Agrária.

## **2.2 Liberação, ocupação dos EUA e a Reforma Agrária**

A ocupação da Coreia do Sul pelos Estados Unidos inaugurou um período de grande instabilidade (1945-51), no qual se realizou a Reforma Agrária em duas etapas: uma realizada pelos EUA, em 1948, e outra etapa “civil” em 1950. Logo após essa segunda etapa ocorre a Guerra da Coreia (1950-53).

### **2.2.1 Ocupação dos EUA e a divisão da Coreia**

Ao desembarcar na Coreia, em setembro de 1945, os EUA tiveram que lidar com um governo recém instaurado após a queda do Japão na península, a chamada “República Popular da Coreia” (PRK), de viés socialista, nacionalista e antifeudal. Esse governo provisório logrou manter-se na porção norte da península, ora ocupada pelo Exército Soviético, mas na zona de ocupação norte-americana, ao sul do paralelo 38º, o governo foi dissolvido para evitar a inclinação Coreia do Sul ao socialismo. Instaurou-se o Governo Militar do Exército Americano, que duraria de setembro de 1945 a agosto de 1948.

Durante a ocupação, os EUA utilizou como seu “veículo” de poder o partido mais conservador da época, o Partido Democrático da Coreia (KDP), de posição fortemente anticomunista e que tinha pouca ou nenhuma base social, concentrando a elite remanescente do país, notadamente os *yangban* (funcionários públicos de alto escalão e militares), muitos destes ex-colaboradores dos japoneses (AMSDEN, 1989,

p.36). Os outros dois partidos de destaque eram o Partido dos Trabalhadores Coreano (KWP) e a Frente Nacional Democrática (DNF), de cunho pró-agricultores.

Mesmo aliando-se com conservadores, era impossível para os EUA negligenciar a questão agrária, uma vez que a instabilidade social e a possibilidade de um levante socialista eram ameaças reais. Em março de 1946 o governo socialista instaurado sob tutela da União Soviética já havia feito a redistribuição das terras e nacionalizado a indústria na Coreia do Norte, o que fez com que os EUA preparassem com agilidade um esboço de reforma. Paralelamente, os EUA prepararam também a Reforma Agrária no Japão e em Taiwan, em bases capitalistas, com a compra e indenização das terras feita pelo Estado.

Diversos autores ressaltam o ambiente favorável à propagação do comunismo existente na Coreia logo após a Segunda Guerra, o que nos ajuda a entender como a Reforma Agrária acabou sendo uma espécie de “válvula de escape” que permitisse aos EUA encaminhar os territórios ocupados (Coreia, mas também Japão e Taiwan) para se tornarem economias capitalistas.

Shin (1976, p.17) é categórico ao afirmar que a demanda dos agricultores arrendatários pela Reforma Agrária não podia ser ignorada e que uma revolta violenta era iminente. Assim reforça também Cummings (1981, p.86, citado por AMSDEN, 1989, p. 36), salientando que à época os movimentos de esquerda no país tinham como característica:

(1) um compromisso com a contínua remoção da influência japonesa na Coreia, com tudo que isso implicava na sociedade coreana e naqueles que haviam sido beneficiados do regime colonial; (2) um compromisso para com a política de massas, a organização das mesmas e o igualitarismo social que isso implicava; (3) um compromisso em reformar o legado “feudal” do país, feudalismo esse símbolo de grandes desigualdades na alocação de recursos, particularmente da terra.

Uma descrição mais rude mas não menos precisa da situação do pós-guerra foi dada pelo comandante das forças de ocupação estadunidenses, tenente-general John Hodge, em carta ao célebre general Douglas McArthur, escrevendo que a

situação na Coreia do Sul parecia a de “um barril de pólvora pronto para explodir à menor faísca” (citado por KIM, 2016, p.104).

Ficava cada vez mais claro para os norte-americanos que a situação do país e principalmente da agricultura indicavam a necessidade de reformas urgentes. Já em outubro de 1945, menos de um mês após a ocupação da Coreia pelos EUA, o Governo Militar dos EUA na Coreia (USAMGIK) baixou a Ordem nº 9, a qual fixava um teto para a cobrança de rendas dos agricultores em 33% sob a produção anual (um alívio frente às taxas de 50-60% de então, como mostra a Tabela 1). Apesar de bem recebida pelos agricultores, a ordem nº 9 era claramente insuficiente. Após essa primeira medida emergencial, os EUA juntamente com os setores mais organizados da sociedade começaram a esboçar uma lei de Reforma Agrária. A seção a seguir analisa as diferentes propostas e setores interessados e como foram efetuadas as 2 etapas da mesma.

### **2.2.2 Propostas e aplicação da Reforma Agrária e seus resultados imediatos**

A aplicação efetiva da primeira e da segunda etapas da Reforma Agrária, em 1948 e depois em 1950, tardou principalmente por causa das múltiplas visões que diferentes setores da sociedade detinham a respeito de elementos centrais da proposta, como o preço de compra e venda das terras e o período de tempo em que seriam feitas as indenizações.

Diferentemente da Coreia do Norte, onde as terras foram já em 1946 confiscadas sem indenização e distribuídas aos camponeses gratuitamente, na Coreia do Sul os interesses dos proprietários de terras estavam melhor representados e discutiu-se a fundo as indenizações.

No início de 1947, a “Assembleia Legislativa” junto com o Governo Militar dos EUA esboçaram uma proposta de lei para a Reforma Agrária, onde o governo compraria as terras dos proprietários por 300% da produção média anual dos últimos 5 anos e as venderia para os camponeses pelo mesmo preço, a ser pago em parcelas anuais durante 15 anos. O tamanho máximo de propriedade seria de 2 hectares

(SHIN, 1976, p.17). Apesar de favorável aos proprietários de terra, a proposta foi “engavetada” por alguns legisladores coreanos.

O USAMGIK, impaciente com essa manobra e ansioso por conter qualquer pressão revolucionária bem como estabelecer uma democracia em moldes ocidentais, resolveu por conta própria distribuir as terras de japoneses até então confiscadas através da “New Korea Company”<sup>13</sup>. Dessa forma, em março de 1948 os EUA lançaram a ordem nº. 173, iniciando a distribuição de 189 mil hectares de arrozais e 56 mil hectares de terras secas para cerca de 554 mil camponeses-arrendatários, com limite de 2 hectares por lote e o preço de 300% da colheita anual, a ser pago em 15 anos. Procurando evitar práticas rentistas, foi proibido o aluguel, a venda e a hipoteca das terras até que tivessem sido quitados os pagamentos (PARK, 2013, p.61).

Essa primeira etapa de Reforma Agrária representou aproximadamente 40% das terras distribuídas ao final do processo e foi responsável por realocar 29,6% das terras que até então eram arrendadas (SHIN, 1976, p.18).

**Tabela 2 - Resultados da Distribuição de terras**

	<b>Campos Irrigados (em hectare)</b>	<b>Campos “secos” (em hectare)</b>	<b>Total</b>	<b>Número de famílias</b>
Terras compradas pelo governo	226.465	105.301	331.766	918.548
Terras confiscadas pelo governo	189.518	56.036	235.554	727.632
Total	415.983	161.337	577.320	1.646.180

Fonte: Elaboração própria com base em SHIN, 1976, p.23.

Nota: 1 *chungbo* = 1 hectare

Cinco meses após os EUA realizarem a 1ª etapa da Reforma Agrária, é formado o Governo da República da Coreia, o qual reconhece essa primeira etapa como fato consumado, mas eleva o tamanho máximo de propriedade para 3 hectares.

<sup>13</sup> Empresa criada pelo Governo Militar dos EUA na Coreia para administrar as terras confiscadas de proprietários japoneses.

A partir daí, duas propostas diferentes para a segunda etapa foram levantadas, uma pelo Ministério da Agricultura e Silvicultura e outra pelo Comitê de Indústria da Assembleia Nacional (novo corpo legislativo). Ambas divergiam a respeito da questão do valor das indenizações, do período de tempo em que seriam pagas e na área máxima dos lotes. Essas discussões refletiam conflitos de interesses e a influência latente dos proprietários de terras. Após discussões e mais 3 revisões, foi finalmente aprovada a lei nº 108 em março de 1950, começando a distribuição das terras em abril do mesmo ano. A lei estabelecia que o preço de compra e venda seria fixado em 150% do valor da produção anual, a serem pagos em 5 anos e com limite de área em 3 hectares.

Com a 2ª etapa, distribuiu-se os outros 60% do total de terras, totalizando 577 mil hectares distribuídos para 1,64 milhões de famílias, aproximadamente (vide Tabela 2). Mesmo com as duas etapas da Reforma, não se chegou a mais do que 69,2% da meta de distribuição de terras. Shin (1976, p.23) culpa a demora da legislação do processo, a corrupção e a parca fiscalização pelo resultado aquém do esperado.

É interessante notar que o processo de Reforma Agrária não alterou significativamente o *tamanho* médio dos lotes como é comum pensar baseado em casos de reforma agrária em outros países, onde foram redistribuídos grandes latifúndios. Na Coreia os lotes já eram pequenos e divididos antes da Reforma, girando em torno de 1 ou 2 hectares, só que a propriedade legal não era dos cultivadores. Lee (1979, p. 494) defende esse ponto de vista e aponta que antes de mais nada a Reforma Agrária no país foi de caráter mais expropriatório do que distributivo.

Expropriados de suas terras, os proprietários ausentes e grandes fazendeiros foram indenizados com papéis emitidos pelo governo que continham a promessa de pagamento da indenização ao longo dos 5 anos. Essa forma de compensação é de grande interesse para a nossa análise de como a Reforma Agrária influenciou posteriormente a industrialização, uma vez que esse modelo tinha como objetivo “ajudar” os proprietários de terras a tornarem-se industriais e empreendedores, movendo seu capital para fora do rentismo agrícola, como explica Shin (Ibid., p.21, tradução nossa):

Caso um proprietário de terras quisesse utilizar seu título de valor da terra como capital industrial ou quisesse pedir um empréstimo para uma instituição financeira pública, o Ministério das Finanças tinha a obrigação de garantir a ele um empréstimo a juros baixos. E, quando um proprietário de terras quisesse comprar instalações do governo<sup>14</sup> disponíveis, como fábricas, minas, navios, lotes de pesca, cervejarias, gráficas, pomares, estufas, usinas de beneficiamento, fábricas de seda, florestas, terras devolutas, etc., o governo tinha a obrigação de dar preferência aos donos desses títulos. Um pequeno número de grandes proprietários logrou se estabelecer como capitalistas industriais, beneficiando-se da lei da Reforma Agrária.

No entanto, foram pouquíssimos os proprietários de terra que conseguiram efetivamente fazer essa transição para a indústria. Este plano de criação de uma nova classe de empreendedores foi frustrado devido a uma série de fatores. O principal deles foi a Guerra da Coreia (1950-53), iniciada logo após a conclusão da Reforma Agrária. Esse período fez com que muitos ex-proprietários de terras consumissem ao invés de investir a renda obtida através de seus títulos, uma vez que a maioria dos expropriados (82%) não eram grandes, mas sim pequenos e médios proprietários. Muitos destes venderam seus títulos com 30% a 60% desvalorização, devido a crescente inflação, ao controle de preços agrícolas aquém dos preços de mercado<sup>15</sup> e a atrasos no pagamento de parcelas por parte do Governo, incapaz de cumprir o pagamento e financiar a guerra simultaneamente (Ibid., p. 26).

Pese aqui também o fato de que é um tanto irrealista esperar que uma classe acostumada com o consumo, com atividades não-produtivas e com rendas parasitárias ajuste-se em um curto período de tempo para tornar-se uma classe de empreendedores industriais, ainda mais em um período de conflito. Os poucos proprietários que se tornaram capitalistas eram os que possuíam grandes extensões de terras, laços com o Governo e que já haviam feito alguma espécie de investimento *antes* da Reforma Agrária, seja industrial, em instituições de educação ou mesmo na educação dos seus descendentes.

---

<sup>14</sup> Tais instalações eram abundantes no período do pós-guerra, diversas delas confiscadas dos japoneses após o fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>15</sup> Os títulos (*bonds*) eram lastreados no preço da produção de arroz, cujo preço era fixado pelo governo. Vide Park, 2013, p.90.

Os capitalistas e industriais que efetivamente surgiram no período vinham em maior número das classes médias de burocratas e militares, estes mais ligados ao poder político e que souberam, como aponta Shin (ibid., p. 26, tradução nossa), “Aproveitar as vantagens da inflação, da ajuda e das indenizações externas e de empréstimos públicos privilegiados” para emergir como industriais após a Reforma Agrária e a durante a Guerra.

Quanto aos efeitos imediatos da Reforma Agrária na sociedade e na economia coreana, a maioria da bibliografia ressalta que, apesar de não causar aumentos imediatos na produção agrícola (devido a desorganização inicial causada pela realocação das terras e o conflito que se seguiu), o processo gerou imediatamente o alívio das tensões sociais e criou um ambiente igualitário, paralelamente eliminando o poder da classe dos proprietários de terra e abrindo caminho para a atuação do Estado devido ao vácuo de poder deixado pelos japoneses e pelos terratenentes expropriados. No médio e longo prazo, no entanto, a agricultura reorganizou-se e se tornou muito mais produtiva nas décadas seguintes, conforme verificaremos no capítulo 4.

Shin (1976, p. 27), ao fazer um balanço dos benefícios do processo, destaca também o papel que a abolição das rendas da terra teve, ao criar incentivos para investimento em maior produtividade agrícola por parte dos novos proprietários. Embora não tenha dado resultados positivos de produtividade agrícola até 1958, devido a falhas no provimento de programas de extensão, melhoramento das terras, uso de fertilizantes, crédito agrícola, etc., na opinião do autor a Reforma Agrária “foi um ponto de inflexão para a modernização da agricultura e das comunidades rurais na Coreia”.

Amsden (1989, p.37, tradução nossa) capta bem os benefícios imediatos e legado da Reforma Agrária:

Embora o modelo “terra para quem cultiva” não tenha enriquecido os camponeses muito menos enchido os cofres públicos com impostos, os seus efeitos de longo-prazo foram grandes. A Reforma redirecionou capital ocioso da especulação de terras para as manufaturas e desenraizou uma classe que se provou antiprogressista. Ela aliviou os

gargalos na oferta de alimentos, o que acabou por segurar pressões inflacionárias. Criou uma distribuição de renda muito mais igualitária. Finalmente, ela limpou o caminho para o poder forte e centralizado do Estado.

No capítulo a seguir, fazemos uma pausa na discussão da Reforma Agrária e da agricultura especificamente para focar na análise das transformações que o Estado coreano sofreu no período. Saindo de um longo período de subjugação às forças estrangeiras, o Estado logrou, no período do pós-guerra e principalmente durante a Guerra da Coreia, aproveitar a diminuição da influência dos proprietários de terra para centralizar poder e fazer predominar seus interesses sob os interesses privados, associando-se ao capital para atingir seus objetivos estratégicos. É nesse período que surgem os primeiros conglomerados *chaebol* e é essencial para a nossa análise entender a gênese desse Estado, que foi o elemento condutor da modernização da agricultura e da industrialização no país.

### 3 CENTRALIZAÇÃO DO PODER E CAPACIDADE DO ESTADO

Os tipos de reformas estruturais executadas na Coreia do Sul no pós-guerra e o sucesso do país em superar o subdesenvolvimento, tornando-se uma nação industrializada, dificilmente podem ser creditados ao acaso, ao “livre mercado” ou ao simples jogo de forças econômicas. Muito pelo contrário, é notório na bibliografia<sup>16</sup> sobre o desenvolvimento da Coreia do Sul o papel de grande influência do Estado na economia, que com um viés desenvolvimentista e associado estrategicamente ao setor privado logrou contornar interesses paroquiais, setoriais e rentistas que eventualmente surgiram no processo de *catching-up* da industrialização.

Este capítulo visa a entender a gênese e desenvolvimento deste tipo de Estado na Coreia do Sul. Buscaremos analisar a formação dos seus quadros burocráticos, os setores da sociedade que o influenciaram e como o mesmo se aproveitou do “vácuo de poder” gerado na Reforma Agrária para centralizar poder. Para atingir esse objetivo, analisaremos 3 influências principais que o Estado teve no período que nos é de interesse e que contribuíram para a consolidação do mesmo.

Primeiramente, verificaremos as origens históricas da organização do governo no país, dando especial atenção à influência da colonização japonesa na modernização da burocracia estatal. Segundo, prosseguimos analisando as consequências que a Reforma Agrária na formação do Estado, ao permitir que o mesmo centralizasse poder aproveitando mudanças na estrutura de classes. Por fim, daremos especial atenção ao período onde governou o general Park Chung-Hee, período onde houve uma mudança no padrão de relacionamento do Estado com o setor privado e onde a indústria coreana cresceu exponencialmente auxiliada pelo desenvolvimento da agricultura.

---

<sup>16</sup> Vide por exemplo Chang (2002), Studwell (2013) e Kay (2001)

### **3.1 Influência da colonização japonesa na formação da burocracia e do Estado**

Como vimos no capítulo 2, o processo de colonização da Coreia pelo Japão (1910-45), apesar de causar a queda do nível de vida da maioria da população, legou ao país uma quantidade razoável de instituições e infraestrutura que posteriormente puderam contribuir ao fortalecimento do Estado e ao desenvolvimento industrial.

Ao racionalizar a gestão do território através de uma burocracia treinada, os japoneses acabaram por extinguir o modelo de estado primitivo e “feudal” coreano, que era fraco, descentralizado, incapaz de cobrar impostos com eficiência - e assim incapaz de manter um exército forte o suficiente -, bem como altamente dependente das oligarquias terratenentes locais (KOHLI, 1999, p.88, citado por GUIMARÃES, 2003, p.342).

Com a colonização japonesa, esse estado dinástico e primitivo deixou de existir. A própria atividade colonial em sua natureza - extrair excedente de um território de maneira racional e eficiente - implicava que o colonizador deveria de uma forma ou de outra estabelecer uma burocracia e uma infraestrutura mínima para atingir seus objetivos, e o Japão o fez exportando o seu modelo organizacional da Era Meiji. Após forçar a abdicação da monarquia coreana e desmantelar seu exército, os japoneses criaram uma burocracia despersonalizada e meritocrática no país. Uma das primeiras tarefas desses funcionários foi, como já discutimos no capítulo 1, a realização do censo agrícola.

Kohli (ibid., p.103) ilustra esse esforço japonês na racionalização da administração pública através do enorme crescimento do número de funcionários públicos na administração colonial da Coreia, que passou de cerca de 10,000 em 1910 para 87,552 em 1937, dos quais quase 60% eram japoneses. Um fator interessante ressaltado pelo autor é o fato de que muitos dos coreanos que trabalhavam na administração colonial japonesa acabaram ocupando postos de destaque no governo coreano do pós-guerra.

Outro elemento chave no fortalecimento do Estado durante o período colonial foi a criação de uma polícia centralizada e disciplinada. Mais do que um simples

veículo de coerção do Estado, as polícias locais também atuavam como burocratas, realizando censos, coordenando a produção agrícola e o trabalho rural, entre outras atividades (ibid., p.105).

Todas estas transformações na burocracia estatal e na relação do Estado com os terratenentes locais potencializou a capacidade estatal, o que pode, segundo Kohli (ibid., p.109), ser verificado através da maior capacidade de coletar impostos: apenas nos três primeiros anos de colonização japonesa, houve um aumento de 30% na coleta de impostos sobre a terra.

Construtivamente, durante o período colonial o Japão fez uma série de investimentos em infraestrutura, em algumas indústrias e inclusive na educação dos coreanos<sup>17</sup>. Diversas estradas e ferrovias foram construídas, reformas no sistema bancário e na moeda foram feitas, logrando aumentar o número de depósitos e assim a poupança, e a organização da agricultura alcançou bons níveis de produtividade, ainda que aos custos dos agricultores como verifica Kohli (ibid., p.110). O autor aponta também que a performance da indústria manufatureira instalada pelos japoneses no que tange às exportações era alta para os parâmetros da época, sugerindo que o período colonial teria servido para demonstrar aos futuros líderes coreanos as virtudes de uma economia exportadora, perfil adotado nas décadas do pós-guerra.

Outro aspecto herdado do período colonial e de nosso interesse para melhor entender a capacidade do governo Coreano em conduzir a economia está na modificação das relações entre o Estado e os grupos privados. Segundo Kohli (ibid., p.123, tradução nossa), é nessa época que é inaugurada a relação simbiótica entre Estado e grupos empresariais:

Nessa relação, o Estado ocupava a posição central. Ele intervinha diretamente na produção e se valia de diversos instrumentos, incluindo o direcionamento de crédito, subsídios e outros meios não-econômicos para conseguir a cooperação das empresas. (...) Os

---

<sup>17</sup> Uma parte dessa “benevolência” japonesa na colonização da Coreia é justificada por Kohli (1999, p. 100) devido ao fato de que no início se considerava a possibilidade de integração da península e a assimilação dos coreanos ao Estado e a sociedade japonesa. Após esse período inicial, os investimentos se justificam pelo esforço de guerra japonês, que transformou a Coreia em um espaço de produção industrial.

capitalistas aceitavam a posição subordinada e aprenderam as vantagens da colaboração, que eram traduzidas em altas margens de lucro.

Além da relação Estado-empresas, outra relação social que mudou bastante com o período colonial foi a relação trabalhadores-empresas. Típica no Japão da era Meiji, a disciplina de trabalho bem como a repressão e o controle sobre os movimentos sindicais foram exportados também para a Coreia. Foram criados “clubes de patriotismo”, entidades que pregavam a harmonia de interesses e que visavam amenizar as relações trabalho-capital através de cursos e disseminação de técnicas de aumento de produtividade (KOHLI, *ibid.*, p.346).

O autor também destaca que uma das principais lideranças do país teve seus anos formativos dentro da burocracia militar japonesa. Como veremos mais adiante, Park Chung-Hee, presidente da Coreia do Sul de 1961 a 1979, foi o principal líder responsável pela condução do país na direção da industrialização cada vez mais sofisticada com focos nas exportações. Park era um historiador amador e estudioso da modernização capitalista japonesa e alemã, sendo um entusiasta da cooperação entre o Estado e o setor privado, como aponta Studwell (2013, p. 93, tradução nossa): “(Park) salientava que, como no Japão, o Estado coreano deveria fazer o planejamento, enquanto o setor privado faria a liderança nos investimentos”.

Sumarizando a contribuição japonesa no desenvolvimento da capacidade do Estado na Coreia, Kohli (*ibid.*, p.346) coloca que

Como consequência de todas essas políticas, na véspera da Segunda Guerra Mundial a Coreia do Sul já possuía diversas das instituições favoráveis a um governo intervencionista e a um modelo eficiente de desenvolvimento econômico. (...) Os japoneses instalaram um Estado forte, um padrão de relações Estado-empresa e uma forma de controle do trabalho que mais tarde se provaria favorável a um rápido crescimento econômico.

### 3.2 A Reforma Agrária e seus efeitos no fortalecimento do Estado

Muitos autores destacam a realização da Reforma Agrária após o final da Segunda Guerra Mundial como um marco na concentração de poder do Estado. Cristóbal Kay (2001, p. 19) salienta que os líderes da Coreia no período de transição (1945-1950) utilizaram a Reforma Agrária de maneira política, “enfraquecendo a ameaça política mais contundente que estava organizada na forma do Partido Democrático da Coreia (KDP), dominado pelos proprietários de terra”.

Com a Guerra da Coreia dando o golpe final na classe dos terratenentes<sup>18</sup>, o Estado enfrentou pouca resistência por parte dos agricultores nas décadas seguintes. A tradição de desorganização sindical e a repressão aos movimentos dos trabalhadores já vinham desde a época da colonização japonesa, permitindo ao Estado conduzir sob rédeas curtas a produção agrícola. Kay (ibid., p. 20) é categórico nesse sentido:

Devido ao desaparecimento dos proprietários de terra, o Estado preencheu o vácuo político deixado por eles e começou a controlar diretamente a grande massa de camponeses. Isso foi feito através do envio de um grande número de funcionários públicos para as regiões rurais, da escolha de líderes de vilarejos, da doutrinação política e da mobilização direta da população rural. O Estado também tornou os camponeses dependentes, estabelecendo monopólios sobre insumos essenciais à produção agrícola como fertilizantes, crédito e acesso a irrigação.

Além de destituir a classe dos proprietários, outro benefício colhido pelo Estado através da Reforma Agrária foi o alívio da tensão social, uma vez que instituiu-se um ambiente econômico bastante igualitário, eliminando o possível foco de instabilidade representado por camponeses sem terra e “proletários” rurais. No entanto, longe de representar um aumento na qualidade de vida dos camponeses o processo fez com

---

<sup>18</sup> Através principalmente da inflação que corroeu as indenizações dos mesmos, como visto no capítulo 1.

que o Estado tivesse ainda mais dominância sobre o campo, sendo capaz de extrair grandes excedentes desse setor, como veremos no capítulo 4.

Alice Amsden (1989, p.52) em um excerto a respeito da consolidação do Estado, no seu livro clássico a respeito do desenvolvimento coreano, salienta que antes de mais nada o Estado pôde centralizar poder e se consolidar, principalmente a partir dos anos 60 com o golpe que levou Park Chung-Hee ao poder, devido a ausência de uma classe social que lhe pudesse “sequestrar” ou fazer oposição. Os agricultores estavam pulverizados em pequenos lotes e com praticamente nenhuma organização política; a aristocracia rural havia perdido sua fonte de renda durante a Reforma Agrária e suas indenizações foram corroídas pela inflação durante a Guerra; trabalhadores industriais ainda eram um contingente pequeno e os capitalistas que surgiram no período (a maioria burocratas, militares e especuladores<sup>19</sup>, sendo poucos ex-proprietários rurais) necessariamente dependiam de bons laços com o governo e concessões do Estado. O Estado, segundo Amsden (ibid.), nesse período foi influenciado mais largamente pelo movimento estudantil (que destituiu o governo Syngman Rhee em 1961) e pelos EUA:

O movimento estudantil manteve o governo relativamente honesto. A ocupação americana dirigiu os militares coreanos na direção de desenvolvimentismo, a única saída realista para reduzir a dependência sobre a ajuda americana.

### **3.3 Fortalecimento do Estado no governo Park Chung-Hee**

Muitas das características associadas a economia coreana hoje - industrialização pesada, altas taxas de formação bruta de capital, desenvolvimento industrial com base nas exportações - tomaram forma no governo do general Park Chung-Hee (1961-1979). Militar versado em história, educado por japoneses e grande

---

<sup>19</sup> Uma significativa parte dos capitalistas que conseguiram adquirir as propriedades confiscadas pelos japoneses o fez ao comprar e acumular com grandes descontos os títulos “podres” vendidos pela aristocracia rural decadente e que davam preferência na compra desses bens.

entusiasta de um modelo econômico onde o Estado atua como indutor de investimentos em associação com o setor privado (STUDWELL, 2013, p. 93), Park e o grupo de militares associados a ele tomaram o poder em 1961 após quase 2 anos de um governo fraco, que havia substituído o primeiro presidente coreano, Syngman Rhee, deposto por revoltas estudantis em 1960.

Para entender melhor o contexto em que o Estado foi capaz de modernizar a agricultura, extrair excedentes desse setor e conduzir a industrialização do país, é útil ressaltar algumas características específicas do governo e da situação econômica do período, onde a indústria da Coreia cresceu a taxas excepcionais, substituindo progressivamente a porção da agricultura no PIB, conforme pode-se verificar na tabela 3.

**Tabela 3 - Composição setorial do PIB, média por período (% do PIB)**

	1953-1961	1962-1970	1971-1980	1981-1993	1994-2006
<b>Agricultura</b>	37,0	34,5	24,8	11,5	4,8
<b>Indústria</b>	16,4	20,5	30,9	40,2	39,0
<b>Serviços</b>	46,6	45,0	44,3	48,3	56,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em Laplane, Ferreira e Borghi (1973, p.502)

Park inaugurou um novo modelo de governo e atuação do Estado na Coreia, apoiando-se na já existente burocracia e no aparelho de repressão estatal para cooptar o empresariado industrial em um projeto nacional desenvolvimentista. O Estado liderava o planejamento, elaborando planos de construção de infraestrutura e plantas industriais e concedendo licenças, renúncias fiscais, acesso privilegiado a divisas, subsídios e crédito barato aos grandes grupos empresariais que cooperassem, paralelamente punindo os grupos que não o fizessem ou cuja performance fosse medíocre.

Esta forma de controle sob o empresariado pode parecer passível de corrupção, patronagem e de fácil contorno por parte das empresas. No entanto, na Coreia do Sul essa estratégia efetivamente funcionou, tendo o Estado atingindo seus objetivos na maior parte dos investimentos-chave e nas metas de exportação, porque de fato as punições para empresas deviantes foram severas e a disciplina exportadora aplicada com rigor. Um aspecto interessante é o da estratégia de eliminar perdedores e não de “escolher campeões”, o que evitava clientelismo excessivo e estimulava a competição entre as empresas. Studwell (2013, pp.77-79) ilustra isso em diversas passagens:

Na Coreia do Sul, as empresas tinham que relatar mensalmente ao governo as suas exportações, e esses números determinavam seu acesso ao crédito bancário. [...] No Japão, na Coreia, em Taiwan e na China, o Estado fez melhor do que escolher campeões nacionais, ele eliminou os perdedores.[...] O Estado sul coreano era ainda mais direto na sua disciplina para com empresas medíocres. A maioria dos 10 maiores *chaebol* (conglomerados) de meados da década de 1960 desapareceu devido a fusões forçadas e a falências na década de 70, e metade do grupo novo que sobrou desapareceu até o início dos anos 80. [...] Na indústria automobilística, meia dúzia de montadoras foram criadas na Coreia com a ajuda de subsídios diretos ou indiretos na década de 70 e 80. Nas três décadas seguintes, a maioria delas foi eliminada. Hoje, apenas uma firma puramente coreana sobrevive, a Hyundai. No entanto, a última companhia a sobreviver é a que cresce mais rápido e é uma das montadoras de maior sucesso no mundo.

Um episódio pitoresco dessa política de disciplina do capital é relatado por Studwell (ibid., p.111). O autor conta que semanas após o golpe que colocou Park Chung-Hee no poder, a prisão de Seodaemun em Seul foi utilizada para abrigar ninguém menos do que 13 dos maiores líderes empresariais do país, que ficaram cerca de 1 mês na prisão sob alegação de corrupção no regime anterior, sendo soltos após assinarem uma carta de intenções onde prometeram “doar toda a sua propriedade quando o governo requeri-la para a construção nacional”. Mandados de prisão foram expedidos contra empresários do calibre de Lee Byung Chull (fundador da Samsung) e Koo In Hwoi (presidente da Lucky Goldstar, hoje LG). A mensagem ao empresariado havia sido dada, como coloca Studwell (ibid., p.112): “Uma vez estabelecidas as regras básicas do jogo, Park informou aos empresários da Coreia que eles estavam livres para lucrar o quanto quisessem, desde que eles jogassem as regras do jogo.”

O fato de o Estado “eliminar os perdedores” e coagir os empresários não significava que o governo não mantivesse laços estreitos com os líderes empresariais dos *chaebols* que ganharam musculatura suficiente para serem estratégicos ao interesse nacional. Studwell (ibid., p.109) relata que Park Chung-Hee mantinha reuniões constantes com empresários, e os mais importantes jantavam semanalmente com o presidente, como Chung Ju Yung, que durante o período de Park transformou sua empresa de construção e reparos automotivos no que hoje é a Hyundai Motor Company.

É nas décadas do regime de Park que os grandes conglomerados foram formados através de constantes fusões de empresas capitaneadas pelo Estado com vistas a gerar economias de escala. Assim surgiram grandes grupos diversificados como Hyundai, LG, Daewoo, Samsung, SK, Lotte, entre outros (WADE, 1990, p.309; STUDWELL, 2013, p.94). Nos final dos anos 60 e nos anos 70 são feitos investimentos vultosos em plantas industriais de cimento, aço, fertilizantes e petroquímicos com clara sobrecapacidade de produção em relação ao mercado doméstico, quase todas perto de algum porto, sinalizando o claro viés exportador dos investimentos.

Laplane, Ferreria e Borghi (2013, p.523) sintetizam bem o papel do Estado na política industrial durante o período Park, atentando também para o fato do governo ter o monopólio sobre o sistema bancário:

No período nacional-desenvolvimentista, a política industrial foi realizada pela combinação de instrumentos de planejamento (uma peça central para tal era o *Economic Planning Board*, criado dois meses após a posse do general Park), de financiamento, comerciais e outros (como políticas voltadas ao treinamento da mão de obra ou ao desenvolvimento de P&D). Como pano de fundo, o governo exercia controle da política salarial, uma vez que os movimentos trabalhistas sofriam graves restrições. Outro elemento fundamental, presente em todo o governo Park, foi o sistema bancário estatal (Park estatizou o sistema bancário já em 1961, no início de seu governo). Além desses bancos, o Estado contava, desde 1954, com o Korean Development Bank (KDB) e criou um conjunto de instituições estatais de crédito, cada qual especializada em um segmento. [...] Como o sistema financeiro coreano era quase exclusivamente bancário, a capacidade de direcionamento de recursos por parte do Estado era enorme.

Como vimos acima, o controle do governo sobre as finanças ajuda a entender em parte como o Estado pôde extrair recursos de um setor e direcioná-lo para outros,

alterando preços relativos. Ao ser o comprador e fornecedor de insumos agrícolas com preços distorcidos de um lado, e concedendo empréstimos subsidiados do outro, às vezes à taxas negativas, como ressalta Amsden (1989, p. vi) o governo atuava nas duas pontas dos termos de troca, o que nos estágios iniciais da industrialização fez com que o excedente agrícola fosse canalizado para a indústria, principalmente através de subsídios e preços especiais (juros, câmbio, tarifas de importação de matérias primas) para os *chaebol* (conglomerados) que cooperassem com o governo e aderissem à disciplina exportadora.

No próximo capítulo veremos em mais detalhes as políticas desenvolvidas pelo Estado para a agricultura e as maneiras pelas quais se logrou ganhos de produtividade no setor, detalhando as maneiras pela qual o governo conseguiu extrair recursos do campo.

## 4 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E TRANSIÇÃO PARA A INDÚSTRIA

O objetivo deste capítulo é analisar as transformações pela qual passou a agricultura na Coreia do Sul, resultantes da Reforma Agrária e da posterior intervenção do Estado como agente modernizador. Faremos essa análise focando também na sinergia entre o desenvolvimento da agricultura e desenvolvimento da indústria, mostrando que o aumento da produtividade agrícola possibilitou ao Estado canalizar excedentes para este setor fazendo com que agricultura cumprisse as funções que desempenhou no capitalismo europeu ocidental - de fornecer mão de obra, acumular capital e servir de mercado consumidor para a indústria nascente - mas numa velocidade muito mais acelerada.

Iniciamos analisando as consequências da Reforma Agrária na produtividade agrícola, para depois verificar as políticas agrícolas empreendidas pelo Estado, principalmente a partir do governo Park Chung-Hee (1961). Após, apresentaremos os mecanismos através dos quais o Estado logrou extrair recursos da agricultura e direcioná-los à indústria e como as migrações campo-cidade influenciaram o desenvolvimento da indústria. Por fim, tecemos alguns comentários e contribuições de autores sobre como o setor agrícola pode servir de mercado inicial para a indústria coreana.

O período que analisaremos, conforme explicitado na introdução, vai aproximadamente de 1945 a 1975. Essa periodização engloba alguns determinados períodos onde o Estado coreano estava perseguindo estratégias específicas de desenvolvimento como se pode ver na classificação do Quadro 1.

## Quadro 1 - Padrões e estratégias de desenvolvimento na Coreia do Sul

Períodos	Padrões comportamentais (de transformação estrutural)	Estratégias de desenvolvimento	Taxas de crescimento (médias anuais - %)
1953-1961	Reorganização econômica após Guerra da Coreia. Tentativa de substituição de importações.	Reformas Estruturais (relação com EUA), reforma educacional, reforma agrária.	7,2%
1962-1970	Primeira fase de substituição de importações: Indústria de bens de consumo leves.	Estado nacional desenvolvimentista: planos nacionais de desenvolvimento, política fiscal, comercial, industrial e tecnológica orientados para fomento da indústria, de grupos, nacionais e de exportações.	8,6%
1971-1980	Segunda fase de substituição de importações: indústria pesada, química e metalomecânica. Esforço exportador		7,3%
1981-1993	Desenvolvimento do segmento high tech – eletrônica. Aprofundamento da internacionalização.		8,4%
1994-2006	Estrutura industrial e social de economia madura	Reformas liberalizantes. Administração da crise. Novo arranjo entre setor privado e Estado.	5,3%

Fonte: Elaboração própria com base em Laplane, Ferreira e Borghi (2013, p.495)

Nossa periodização cobre os 2 primeiros “padrões comportamentais” e parte do terceiro conforme a classificação do Quadro 1. Focamos nesses períodos pois nos permitem ver com maior precisão a correlação entre a modernização da agricultura e os primeiros momentos do crescimento industrial, primeiro através da reorganização do pós-guerra e da tentativa de substituição de importações, depois através da indústria de bens de consumo leves e finalizando com a entrada do país em um projeto de industrialização pesada.

## 4.1 Especificidades da Coreia do Sul e o sistema de incentivos introduzido pela Reforma Agrária

### 4.1.1 Agricultura familiar baseada na jardinagem

Analisar a agricultura da Coreia do Sul com o mesmo *framework* com que se analisaria a agricultura de países latinoamericanos ou outros países em desenvolvimento, nos levaria a cair em alguns erros de interpretação. O primeiro deles diz respeito à economias de escala. É comum encontrar argumentos contra a Reforma Agrária com base em pequenas propriedades<sup>20</sup>, os quais geralmente atentam para o fato de que lotes com metragem abaixo de uma determinada área não seriam produtivos, estando em um nível subótimo.

No entanto, a Coreia do Sul (e países com estrutura agrícola similar como o Japão e Taiwan) tem diversas peculiaridades que falsificam essa hipótese, como a natureza da agricultura no país - intensiva em trabalho, com alta produtividade por área plantada e baseada em técnicas de *jardinagem* - e o fato de haver uma grande população concentrada em um pequeno território de terras escassas. Como aponta Lee (1979, p.493), a característica predominante do país é a extrema escassez de terras aráveis (22% do território), acompanhada de uma das mais baixas razões área/agricultor do mundo.

Em condições como essa a agricultura se desenvolve de maneira bem diferente do que no Brasil, nas pradarias dos EUA ou até mesmo em alguns países europeus. Joe Studwell (2013, p. 4) se apropria dos casos da Coreia do Sul, do Japão e de Taiwan para ilustrar de forma interessante esse ponto, através do conceito de “agricultura de jardinagem”. O autor verifica que os *booms* de produtividade do pós-guerra nos três países analisados se deram através da agricultura familiar, intensiva em trabalho e essencialmente ampliando para lotes de 1,2 ou 3 hectares técnicas

---

<sup>20</sup> No entanto, como aponta Studwell (2013, p.4), tanto defensores do livre mercado como marxistas insistem na necessidade da escala para atingir níveis ótimos de produtividade. Apesar disso, no Vietnã, na China e na Coreia do Norte a coletivização provou o contrário.

semelhantes às utilizadas em hortas e jardins domésticos. A diferença na técnica de produção também reflete a diferença *produto* desejado, como salienta Studwell (ibid., p.4, tradução nossa):

A questão da eficiência depende do resultado que se procura. Grandes fazendas capitalistas podem produzir maior retorno por capital investido. Mas essa não é a “eficiência” agrícola apropriada para um país em desenvolvimento. Em estágios iniciais, um país pobre com excesso de mão-de-obra tem melhor performance maximizando a produção agrícola até o ponto onde o retorno por unidade de trabalho adicionada cai a zero. Colocando de outra maneira, é melhor usar o trabalho disponível - mesmo que o retorno por hora-trabalhador investido pareça terrivelmente baixo no papel - porque é a única maneira de utilizar os trabalhadores. A agricultura de jardinagem entrega o máximo produto por área, como qualquer jardineiro sabe.

No entanto, Studwell (ibid., p.7) faz a ressalva de que não só a pequena escala e o tipo de agricultura foram a chave para o sucesso da agricultura sul-coreana, atentando também para o papel da infraestrutura erigida pelo Estado para a entrega de insumos como fertilizantes e sementes e investimentos em sistema de estocagem, marketing e vendas. Analisaremos melhor essas política nas seções seguintes.

#### **4.1.2 O papel dos incentivos**

Um dos principais resultados da Reforma Agrária, como salientam Lee (1979) e Studwell (2013) foi a mudança nos sistemas de incentivos aos agricultores. Lee (1979, p.496) por exemplo, ressalta que devido ao limite de 3 hectares estabelecido pelo governo, à segurança da propriedade da terra e à disponibilidade similar de acesso a tecnologia, custos de produção, mão-de-obra e insumos para a produção de algumas mercadorias padrão (principalmente arroz e cevada), o ambiente uniforme de competição que se criou era propenso à rápida propagação da inovação, principalmente no uso de novas variedades de sementes bem como de implementos agrícolas como pesticidas e fertilizantes.

Studwell (2013, p. 4) reforça o papel dos incentivos, colocando que a Reforma Agrária tanto na Coreia quanto em outros países de percurso similar (Japão, Taiwan), complementada por programas de crédito rural através de bancos públicos e de compra e venda da produção produziram um novo tipo de mercado, onde as pequenas famílias proprietárias eram incentivadas a investir o tempo e o excedente gerado de forma a maximizar a produção. Em ambos os 3 países, segundo o autor, o resultado foi de aumento na produtividade agrícola.

Um estado do mercado tão homogêneo e específico como esse pode parecer um exemplo quase perfeito de livre mercado. No entanto, essa condição não resulta de nenhuma lei econômica natural que a mantenha, sua condição “frágil” é quase contrária à lógica econômica e foi mantida através da intervenção do Estado em diversos níveis, como veremos mais adiante, principalmente ao bloquear forças que poderiam levar a reconcentração das terras e ao aumento da desigualdade no campo. Entre fatores que mais contribuíram estão principalmente a proibição da venda de terras, o teto de 3 hectares e o rápido e induzido crescimento industrial das manufaturas, que pode absorver a mão-de-obra rural tornada rapidamente excedente pelos ganhos de produtividade no campo (Lee, 1979, p.508).

#### **4.2 Aumentos na produção e na produtividade**

A Reforma Agrária teve seus efeitos de produtividade sentidos com maior intensidade não no período imediatamente posterior a ela, mas mais nitidamente a partir da década de 1960. Pese aqui o fato de o país ter atravessado um conflito de grandes proporções logo após a Reforma.

Apesar da Reforma ter libertado os agricultores da pressão financeira causada pelas altas rendas cobradas pelos proprietários de terras, os aumentos na produção na década de 1950 não foram tão expressivos se comparados aos da década de 1960. Uma das razões disso foi a falta de apoio do governo Syngman Rhee (1948-60) no provimento de recursos para a modernização da agricultura como insumos, crédito, obras de irrigação etc. Isso se deu principalmente durante o esforço militar da Guerra

da Coreia, no qual o governo fazia compras forçadas da produção (principalmente arroz) abaixo do preço de mercado, obtendo o insumo às custas dos agricultores e dessa forma extraindo excedente dos mesmos. Essa prática acabava tolhendo parte dos incentivos ao aumento produtividade, como aponta Studwell (2013, p.28), ao lembrar que durante a década de 1950 muitas famílias preferiram guardar a produção para consumi-la do que vender para o Estado.

Uma das razões dessa política de compra abaixo do preço era a tentativa de aliviar pressões inflacionárias surgidas durante a Guerra da Coreia. Essa situação foi em parte amenizada pela ajuda dos EUA através da agência USAID, que proveu durante a década de 50 e o início da década de 60 grandes quantidades de alimentos e recursos financeiros ao país, o que aliviou as pressões inflacionárias mas também contribuiu para depreciar ainda mais o preço de compra dos alimentos, prejudicando os agricultores.

Somente na década de 60, após o golpe militar liderado pelo general Park Chung-Hee, o Estado entraria com peso no esforço de modernizar a agricultura, aumentando esporadicamente os preços da compra de alimentos (e assim aumentando também os incentivos para os agricultores produzirem mais e com maior eficiência) e fazendo investimentos na infraestrutura rural e em plantas para a produção doméstica de insumos como fertilizantes (ibid., p.29). Não por acaso é nessa década que a produtividade começa a crescer mais acentuadamente. Studwell (ibid.), por exemplo, cita um aumento na produção de arroz por hectare de 3 toneladas em 1950 para 5,3 em meados de 1970.

Verifiquemos os dados a respeito da produtividade agrícola após a Reforma de acordo com Lee (1979, p.497). O autor salienta que durante grande parte do período de nossa análise, o aumento na produção agrícola e pecuária na Coreia foi da ordem 3,5% ao ano, especificamente no período de 1952 a 1971. Analisando alguns subperíodos, o autor comenta que crescimento foi mais rápido na última parte desse período (3,7% ao ano, de 1961-71), do que no período imediatamente posterior à Guerra da Coreia, onde o crescimento da produção se deu na ordem dos 3,1% ao ano, de 1956 a 1961.

Durante todo esse período, devido a oferta limitada e a proibição da venda de terras, o crescimento se deu com muito mais base em aumentos de produtividade devido a modernização das técnicas de plantio do que na extensão da área de cultivo ou no uso de maquinário. Lee (ibid., p. 497) credita esse aumento principalmente ao uso mais intensivo de fertilizantes e de irrigação. Vale lembrar que os fertilizantes são um insumo cuja fabricação foi alvo de uma iniciativa pesada de substituição de importações pelo governo nos anos 60, no primeiro plano quinquenal do governo Park Chung-Hee (KIM & VOGEL, 2011, p. 96).

Lee (1979, p. 497) traz alguns dados interessantes a respeito da produtividade por hectare da colheita predominante, o arroz irrigado (*paddy*). Segundo o autor, no período de 1952-1956 esse indicador era de 3340 kg/ha, passando para 4550 kg/ha em 1970 e 4700 kg/ha em 1974. O crescimento até mais ou menos o ano de 1970 teria se dado lastreado no uso mais acentuado de fertilizantes (cuja utilização cresceu 9% ao ano de 1956 a 1970), sendo o crescimento posterior a essa dada com base na introdução de variedades mais produtivas de arroz nos anos 70. Em 1976, 47% da produção de arroz se dava com a utilização de um subtipo de arroz altamente produtivo, a variedade *Tong-il*, tendo algumas fazendas inclusive registrado recordes mundiais de produção por hectare (ibid.)

No entanto, os constantes aumentos na produção e na produtividade por hectare não foram acompanhados de aumentos reais da mesma magnitude na renda das unidades produtivas, o que aponta, segundo Lee (ibid.) para uma deterioração dos termos de troca em desfavor da agricultura e sugere a extração de excedente pelo principal agente fornecedor de insumos e comprador da produção: o Estado.

**Tabela 4 - Renda real média anual por unidade produtiva rural**

Ano	Renda nominal (Won)	Índice de preços rurais	Renda real (Won)	Índice de renda real
1963	93.179	100	93.179	100
1964	125.692	129	97.435	104.6
1965	112.201	144	77.917	83.6
1966	130.176	161	80.855	86.8

1967	149.470	182	82.126	88.1
1968	178.959	209	85.626	91.9
1969	217.874	227	95.980	103.0
1970	255.804	259	98.766	106.0
1971	356.382	291	122.468	131.4
1972	429.394	325	132.121	141.8
1973	480.711	346	138.934	149.1
1974	679.451	492	137.084	147.1
1975	872.933	618	141.251	151.6

Fonte: Elaboração própria com base em Lee (1979, p. 497), com dados do Ministério da Agricultura e da Pesca da Coreia do Sul.

Os dados de Lee na Tabela 4 mostram que em certos períodos (1963-68, por exemplo) ocorreu o chamado “*peasant squeeze*” - extração de excedente dos agricultores, uma vez que em períodos onde a produtividade subiu, a renda real dos agricultores se manteve estagnada ou mesmo diminuiu, como pode se verificar. Na seção seguinte analisamos as maneiras pelas quais o Estado interveio no mercado para fazer isso.

### **4.3 Mecanismos de intervenção do Estado no mercado de produtos agrícolas**

O Estado coreano, gozando do vácuo de poder deixado pelos proprietários de terras, interveio na agricultura principalmente distorcendo preços de forma a atender seus objetivos estratégicos. Em 1948 foi introduzida a obrigatoriedade da venda da produção de arroz e cevada (68% da produção agrícola) ao Estado, o que juntamente com a *Grain Management Law* de 1950 que dava total poder de procuração e venda de cereais ao governo (ibid.).

Para se ter uma ideia da influência perene do Estado nos mercados agrícolas, Lee (ibid.) salienta que em 1975, quase 25 anos após a conclusão da Reforma Agrária e quando o país encontrava-se já em um processo de industrialização pesada nos

setores de bens de capital e indústria química, o Estado respondia ainda pela compra de cerca de metade do arroz e 90% da cevada. O suprimento de fertilizantes e pesticidas, por sua vez, era completamente controlado pelo governo através da Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas, uma espécie de associação paraestatal presente praticamente em todos os vilarejos. Além disso, o teto de 3 hectares foi mantido por todo o tempo da nossa análise (até 1975).

Um dos principais objetivos iniciais desse controle de preços foi, como já comentado, conter a inflação na época da Guerra da Coreia e no período de reconstrução da década de 50. Durante a década de 60, no entanto, quando o país deu sua primeira guinada industrial e começou a focar na produção de manufaturas leves e bens de consumo para exportação, a procuração de alimentos abaixo dos níveis de mercado tinha como principal objetivo manter os preços dos alimentos para os trabalhadores urbanos em níveis baixos, financiando assim de forma indireta a indústria, que podia pagar salários menores (KAY, 2009, p.120).

Field (1995, p,17, tradução nossa) também defende essa tese, chamando atenção não só para o fato de que o controle de preços barateava alimentos para os trabalhadores urbanos, mas também gerava migrações campo-cidade que barateavam *ainda mais* a mão de obra:

A Coreia do Sul (...) foi capaz de apertar (*squeeze*) seu setor agrícola para mobilizar recursos para o seu desenvolvimento industrial. Os preços dos cereais foram mantidos baixos nas cidades para ajudar a deprimir os salários como parte do *export drive* da Coreia do Sul sob a administração do presidente Park Chung-Hee (1961-79). A necessidade de acumular recursos rapidamente nos primeiros estágios da industrialização nos anos 60 deprimiu as rendas rurais acentuadamente, de uma certa paridade com as rendas urbanas em 1965 para cerca de 67% em 1970. Como resultado, 6.7 milhões de pessoas deixaram a agricultura entre 1967 e 1976, criando o exército industrial de reserva necessário ao país.

O que é interessante no caso da Coreia, como explica Kay (2009, p. 118), foi que o Estado foi capaz de extrair recursos dos camponeses *ao mesmo tempo* em que aumentava a produtividade agrícola. Foram gerados assim recursos que puderam ser utilizados no enorme crescimento da indústria no país, como pode-se verificar pelo elevado montante de investimentos no período no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Formação Bruta de Capital Fixo (em % do PIB)**



Fonte: World Bank, 2016..

Nota: Com base nos dados das contas nacionais do World Bank e dados das contas nacionais da OCDE

Apesar dessa transferência de recursos, Kay (ibid.) ressalta que a relação entre agricultura e indústria nesse período não era de necessária oposição, muito pelo contrário, o Estado na Coreia buscou manter crescimentos na produtividade tanto de um setor quanto do outro de forma sinérgica.

Prova disso são alguns dos setores chave da fase que receberam grande apoio do governo na fase inicial da industrialização, como os setores de fertilizantes químicos e maquinário agrícola. Um caso icônico é o da construção, em 1964, de nada menos do que a maior planta de fertilizantes do mundo à época, a *Han'Guk Fertilizer Company*, construída com imenso apoio do Estado e sob liderança do mesmo empresário que fundaria anos depois a *Samsung Electronics* (AMSDEN, 1989, p.236). Os recursos recebidos da ajuda dos Estados Unidos também foram alocados em

maior quantidade em setores de apoio a agricultura do que em outros setores (KAY, 2009, p. 119).

#### **4.4 Desenvolvimento da Indústria em sinergia com a agricultura**

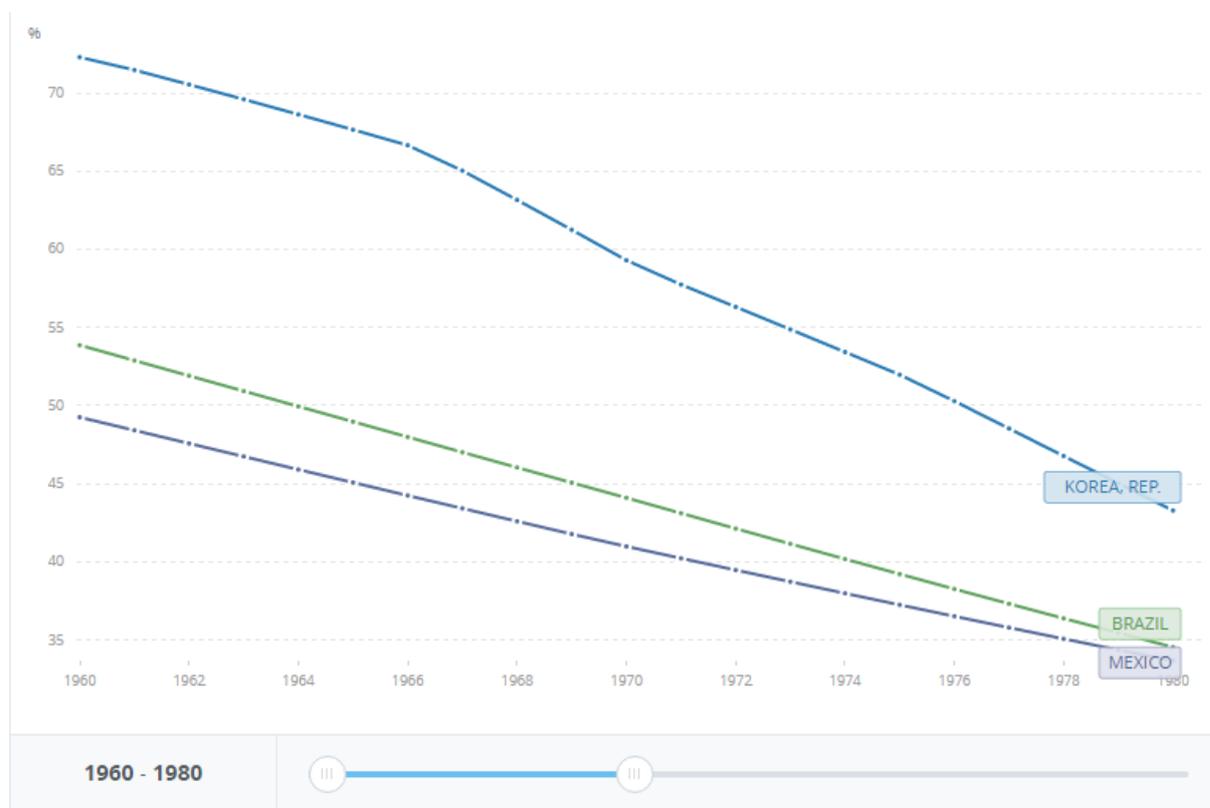
##### **4.4.1 Fornecimento de mão de obra da agricultura para a indústria**

Apesar de a Reforma Agrária ter logrado estabelecer uma base econômica igualitária para a maior parte da população nos anos 50, com o avanço da industrialização as disparidades de renda entre o campo e a cidade aumentaram. Koo (1984, citado por KAY, 2002, p.1081) ressalta que essas disparidades dispararam uma vez que as benesses do crescimento econômico não foram divididas igualmente entre as zonas rurais e urbanas. Dessa forma, durante as décadas de 60,70 e 80 principalmente os camponeses literalmente “votaram com os seus pés” engrossando a camada de trabalhadores industriais (KAY, 2002, p.1081).

No entanto, ao contrário de outros casos de industrialização tardia, como o caso do Brasil e do México, o fluxo de camponeses em busca de trabalho foi muito menos concentrado no tempo e caótico para a urbanização da Coreia, uma vez que a estrutura criada pela Reforma Agrária (unidades de propriedade familiar, intensivas em trabalho) permitiu “segurar” boa parcela da população no campo até a indústria avançar o suficiente para absorver essa mão de obra, como coloca Laplane, Ferreira e Borghi (2013, p.507) e como pode-se verificar no gráfico 2:

A realização da reforma agrária nos anos 1950 contribuiu para evitar a migração em massa da população do campo para as cidades. Diferentemente do que ocorrera no Brasil, a grande concentração da população nas cidades somente se verificou depois de bem avançado o processo de industrialização.

**Gráfico 2 - População rural (em % da população total)**



Fonte: World Bank, 2016.

Nota: Dados de United Nations, World Urbanization Prospects.

Na tabela 5 pode-se verificar que a diminuição da população rural país ocorreu de forma paralela ao aumento do emprego na indústria e nos serviços. A agricultura no entanto, continuou empregando parte expressiva da população até meados da década de noventa.

**Tabela 5 - Composição setorial da ocupação na Coreia do Sul, média por período (%)**

	1953-1961	1962-1970	1971-1980	1981-1993	1994-2006
<b>Agricultura</b>	-	52	44,4	23,7	10,5
<b>Indústria</b>	-	13,1	18,9	24,7	20,5
<b>Serviços</b>	-	34,8	36,7	51,6	69,2
<b>Total</b>	-	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base em Laplane, Ferreira e Borghi, 2013, p.502.

Os dados coletados nos permitem inferir que o complexo arranjo obtido nos anos 60 e 70 entre crescimento da produtividade agrícola e a extração de excedentes às custas desse setor fez com que o setor industrial pudesse se beneficiar de alimentos baratos bem como absorver na quantidade necessária o influxo contínuo (mas não excessivo) de trabalhadores vindos do campo, mantendo assim os salários baixos e a indústria competitiva internacionalmente, já que durante as décadas de 60 e 70 a indústria se desenvolveu com base principalmente na exportação de manufaturas.

#### **4.4.2 Economia rural como mercado doméstico para indústria nascente**

Como vimos na seção anterior, durante o período que vai da Reforma Agrária até aproximadamente 1970, e que corresponde com o início da industrialização na Coreia (setor de bens de consumo e manufaturas leves) mais da metade da população continuou no campo envolvida em atividades agrícolas, como mostra a Tabela 5. Nesses anos iniciais, aproximadamente de 1953 a 1970, o desenvolvimento da agricultura possibilitado pela Reforma Agrária fez com que os mercados rurais desempenhassem papel importante de mercado inicial para a indústria nascente, como sugere Studwell (2013, p.8)

O autor defende essa ideia, ao salientar que os ganhos de produtividade no campo, apesar de extraídos em parte pelo Estado, geraram demanda por bens de consumo. O autor cita o caso de diversas empresas do leste asiático que adaptaram seus produtos às necessidades rurais:

Empresas famosas do leste asiático, da era Meiji à Coreia do pós-guerra e à China contemporânea, ganharam seus primeiros milhões adaptando produtos às exigências de mercados rurais extensivos mas com renda limitada. [...] Exemplos do Japão incluem a Toyota e a Nissan construindo carros robustos para ruas não pavimentadas, [...] ou motores da Honda de 50 cilindradas que transformavam bicicletas em motos.

A verificação da proposição de Studwell de que os mercados rurais foram realmente uma demanda importante para a indústria nascente é difícil de encontrar em outras bibliografias analisadas. No entanto pode-se fazer um exercício de análise de dados a respeito da composição do PIB para verificar que a hipótese tem lógica:

O consumo final das famílias em percentual do PIB no período da industrialização de manufaturas leves e bens de consumo (mais ou menos de 1960 até 1970) ficou na casa dos 71-84% do PIB<sup>21</sup> (World Bank, 2016), com tendência de queda, o que mostra que o grosso da demanda era gerado por consumo, não exportações<sup>22</sup>, investimentos ou consumo do governo. Uma vez que mais da metade da população vivia em zonas rurais e trabalhava no setor da agricultura, é quase impossível negligenciar o papel que os mercados rurais tiveram na constituição de um mercado para as manufaturas, ainda mais em um país que manteve taxas de ruralização de mais de 50% até um grau avançado do processo industrial<sup>23</sup> (por volta de 1976), onde o Estado já liderava a industrialização pesada nos setores químico e de bens de capital.

Dois autores que se alinham às ideias de Studwell a respeito do papel da agricultura na geração de demanda para a indústria nascente são Bautista e DeRosa (1996, p.4, tradução nossa), ao criticarem as estratégias seguidas por diversos países

---

<sup>21</sup> Vide o Anexo A.

<sup>22</sup> Estas não superaram 12% no período, dando um salto significativo só depois dos anos 70 para patamares mais altos. Vide o Anexo B.

<sup>23</sup> Vide o Gráfico 2.

que tiveram suas industrializações incompletas (Brasil, por exemplo) ao negligenciar a agricultura:

Ao “estrangular” a agricultura, essas estratégias de industrialização revelaram a importância de se ter um setor rural robusto não apenas para fornecer recursos para a industrialização em países subdesenvolvidos mas também como uma fonte de demanda para manufaturas e serviços. [...] Aumentos na produção agrícola estimulam a demanda por insumos industriais como fertilizantes<sup>24</sup> e equipamentos agrícolas ao mesmo tempo que expandem a oferta de bens agrícolas utilizados como insumos em outros setores.

Estes mesmos autores citam um estudo microeconômico de Adelman (1984) que consistiu em experimentos de simulação de equilíbrio geral computável. para estudar as alternativas de estratégias de desenvolvimento na Coreia do Sul. A estratégia *Agricultural Demand-Led* superou a estratégia *export-led* na industrialização nos 15 anos de 1964-78, “graças principalmente à maior intensidade em trabalho do produto agrícola que do produto industrial no país durante os anos 60.” (BAUTISTA E DEROSA, 1996, p.6, tradução nossa).

Finalizando, podemos nos valer de alguns *insights* de Studwell (2013, p.29) para a conclusão deste capítulo. O autor, a respeito dos benefícios trazidos pela Reforma Agrária e pela modernização da agricultura para a industrialização, ressalta 4 contribuições principais:

1) A agricultura nos moldes em que foi desenvolvida na Coreia (pequenos lotes, intensiva em trabalho) contribuiu para empregar grandes contingentes populacionais até que que a indústria tivesse a capacidade de absorver essa mão de obra;

2) Providenciou comida barata para os trabalhadores urbanos, através dos preços fixados abaixo dos de mercado pelas procurações do Estado e assim evitando inflação dos salários urbanos;

---

<sup>24</sup> Um dos setores foco de grandes investimentos no período inicial de ndustrialização da Coreia do Sul

3) Gerou demanda para a produção inicial da indústria, em especial nos setores de fertilizantes, têxtil e de manufaturas leves.

4) Evitou a carência de alimentos, evidente durante a década de 1950, e com isso pressões inflacionárias que poderiam desorganizar o cálculo e as expectativas empresariais bem como promover conflitos distributivos intensos como foi comum nos casos da industrialização latinoamericana.

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos entender de que maneira a Reforma Agrária influenciou positivamente na industrialização da Coreia do Sul e como um Estado forte e centralizado foi capaz de aproveitar os ganhos da agricultura direcionando de diversas formas o excedente do setor para a indústria.

Para entender melhor como isso foi possível, fizemos um panorama histórico no capítulo 2, que nos ajudou a identificar a formação de algumas tendências no país ainda antes da Reforma Agrária. A análise das características da colonização japonesa, que legou uma série de instituições, infraestrutura, uma burocracia treinada e uma estrutura agrária desigual, nos ajudam a visualizar as origens do próprio Estado Coreano e a natureza peculiar das suas relações com o empresariado e com a massa trabalhadora camponesa. Também vimos como foi deliberado o processo de Reforma Agrária sob tutela dos EUA, o que contribuiu para entender melhor os interesses em jogo e as classes sociais interessadas, tanto no ambiente doméstico quanto no espectro maior da Guerra Fria e como a Reforma Agrária foi uma válvula de escape inevitável para as tensões sociais, econômicas e geopolíticas da época.

A característica peculiar do Estado coreano, centralizado, capaz e autoritário ao mesmo tempo que associado ao capital privado de forma sinérgica, modelo que durou grande parte do período de industrialização da Coreia, fez com que dedicássemos o capítulo 3 para estudar a gênese e consolidação desse modelo de Estado, identificando três influências principais: suas origens na colonização japonesa, sua consolidação durante o vácuo de poder legado pela Reforma Agrária e sua máxima expressão no Estado desenvolvimentista sob o comando do general Park Chung-Hee. Nesse último período demos destaque a questão da disciplina de exportação e da política de fusões e eliminação de empresas ineficientes, práticas que são marcas registradas da industrialização coreana e que deram origem aos *chaebol*, conglomerados diversificados que desenvolveram uma relação simbiótica com o Estado.

No capítulo 4, voltamos à agricultura para verificar que a Reforma Agrária e a intervenção do Estado no campo potencializou a produtividade do setor agrícola, gerando aumentos tanto na produção como na produtividade das principais colheitas, principalmente devido a homogeneidade e similaridade das unidades produtivas criadas pela Reforma, o que criou incentivos que estimulavam a competição no mercado e a adoção de técnicas de plantio mais modernas, com a progressiva introdução de fertilizantes e sementes de maior rendimento por parte do Estado e a utilização intensiva da mão de obra e técnicas da chamada *agricultura de jardinagem*.

Tendo o Estado controlado o mercado de compra e venda das duas principais colheitas agrícolas, o arroz e a cevada, bem como gozando do monopólio do fornecimento de fertilizantes e tendo nacionalizado o setor bancário, era fácil para o governo operar um direcionamento do excedente agrícola na direção da indústria através da depreciação temporária dos termos de troca em desfavor (mas não prejudicando a ponto de estagná-la) da agricultura. Isso foi feito através da compra da produção agrícola abaixo dos preços de mercado e a venda de insumos (sementes, fertilizantes) acima desse preço. Isso acabou gerando pressões antiinflacionárias nos alimentos, o que tornou a mão de obra industrial urbana mais barata, ainda que às custas do campesinato.

Esse processo de modernização do campo e a crescente desigualdade entre a renda rural e urbana gerou movimentos migratórios na direção das cidades e da indústria, como verificamos através de dados sobre a evolução da urbanização e da ocupação setorial. Isso gerou um fluxo contínuo de trabalhadores baratos para a indústria. No entanto, ao contrário de alguns países da América Latina e do leste asiático que não lograram consolidar a Reforma Agrária paralelamente a sua industrialização, esse fluxo não foi desequilibrado ou acelerado demais causando caos urbano, uma vez que a natureza da produção agrícola (intensiva em trabalho) e a atomização das unidades produtivas em pequenos lotes logrou “segurar” no campo a mão de obra até que a indústria fosse capaz de absorvê-la.

Por fim, buscamos salientar o papel da economia rural como mercado inicial do primeiro estágio da industrialização, baseado em bens de consumo e manufaturas leves, com destaque para a produção de têxteis, fertilizantes e equipamentos

agrícolas. Esta parte do trabalho foi a mais difícil de verificar empiricamente devido a pouca bibliografia disponível sobre o fato de o mercado rural ter tido ou não realmente a capacidade de absorver a produção doméstica. No entanto, dados a respeito da composição do PIB e da proporção de ocupação na agricultura e sua representatividade no produto dão a entender que sim, apoiados pelos *insights* de dois autores.

Sendo a Coreia do Sul um dos casos mais exemplares de desenvolvimento da agricultura em sinergia com a indústria, neste trabalho logramos verificar a hipótese trabalhada, de que sem a Reforma Agrária e a intervenção do Estado na agricultura e no mercado de produtos agrícolas dificilmente a agricultura poderia ter realizado seus papéis no desenvolvimento capitalista (prover mão de obra para a indústria e os serviços, acumular capital e gerar demanda para a indústria nascente), resultando no desenvolvimento parcial ou lento da industrialização.

Acreditamos que por se tratar de um trabalho de conclusão de curso obviamente temos algumas limitações quanto ao escopo do trabalho. Para futuro aprofundamento do tema, seria interessante abrir para mais países a análise feita aqui com a Coreia do Sul, uma vez que os casos de Japão, Coreia do Sul e Taiwan se assemelham bastante, sendo muitas vezes mencionados conjuntamente na bibliografia pesquisada. Outra comparação interessante que poderia ser feita é com os próprios países asiáticos que tiveram sua industrialização atrasada ou deficiente por não lograram fazer uma reforma agrária, ou que a fizeram sem apoio suficiente do Estado e/ou através da coletivização das terras, gerando resultados sub-ótimos em termo de produtividade agrícola e bem estar social, como os casos da Indonésia, das Filipinas, do Vietnã, da Tailândia e da Malásia, entre outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Irma. Beyond export-led growth. **World Development**, v.12, p.937-949, 1984.

AMSDEN, Alice H. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1989.

ASIA FOR EDUCATORS. **Key points in developments in East Asia, 1750-1919**. Disponível em: <[http://afe.easia.columbia.edu/main\\_pop/kpct/kp\\_koreajapan.htm](http://afe.easia.columbia.edu/main_pop/kpct/kp_koreajapan.htm)>. Acesso em 06 de nov. de 2016.

BAUTISTA, Romeo; DEROSA, Dean. **Agriculture and the new industrial revolution in Asia**. [TMD Discussion Paper n. 13]. International Food Policy Research Institute. Washington, D.C., EUA, 1996.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FIELD, Graham. **Economic Growth and Political Change in Asia**. New York: St. Martin's Press, 1995.

GUIMARÃES, Alexandre. **Institutions, State Capacity and Economic Development: The Political Economy of Import Substitution Industrialisation in Brazil**. 2003. 418p. Tese (Doutorado em Política) - Departamento de Política, University of Sheffield, 2003.

KAY, Cristóbal. **Asia's and Latin America's development in comparative perspective: landlords, peasants and industrialization**. ISS Working Papers - General Series No. 336

\_\_\_\_\_. Development strategies and rural development: exploring synergies, eradicating poverty. **The Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, p.103-137, 2009.

\_\_\_\_\_. Why East Asia overtook Latin America: agrarian reform, industrialisation and development. **Third World Quarterly**, v.23, n.6, p. 1073–1102, 2002.

KIM, Inhan. Land Reform in South Korea under the U.S. Military Occupation, 1945–1948. **Journal of Cold War Studies**, v.18, n.2, p. 97–129, 2016.

KIM, Byung-Kook; VOGEL, Ezra. **The Park Chung Hee era : the transformation of South Korea**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

KING, Betty. Japanese colonialism and Korean economic development, 1910-1945. **Asian Studies: Journal Of Critical Perspectives on Asia**, Quezon City, v.13, n.3, p.1-21, 1975.

KOHLI, Atul. Where Do High-Growth Political Economies Come From? The Japanese lineage of Korea's 'Developmental State'. In WOO, Meredith. (ed). **The Developmental State**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

LAPLANE, Mariano; FERREIRA, Adriana; BORGHI, Roberto. Padrões de crescimento, investimento e processos inovadores: o caso da Coreia do Sul. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p.491-555.

LEE, Eddy. Egalitarian Peasant Farming and Rural Development: The Case of South Korea. **World Development**, v.7, p. 493-517, 1979.

MASON, E. S., et al. **The Economic and Social Modernization of the Republic of Korea**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

PARK, Myung Ho. **2012 Modularization of Korea's Development Experience**: Land Reform in Korea. Seoul: Ministry of Strategy and Finance, Republic of Korea, 2013.

PILLAY, Pundy. **Linking higher education and economic development**. Michigan University, 2010.

SHIN, Yong-Ha. Land Reform in Korea, 1950. **Bulletin of the Population and Development Studies Center**, v.5, p.14-31, 1976.

STUDWELL, Joe. **How Asia Works**: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region. New York: Grove Press, 2013.

THE MADDISON-PROJECT. **Maddison Project Database**. Disponível em <<http://www.ggdcc.net/maddison/maddison-project/home.htm>>. Acesso em 20 de nov de 2016.

WADE, Robert. **Governing the Market**: economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WORLD BANK. World Development Indicators Database. **GDP per capita, PPP (current international \$)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=KR>>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. World Development Indicators Database. **Gross fixed capital formation (% of GDP)**. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS?end=1980&locations=KR&start=1960>>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. World Development Indicators Database. **Rural population (% of total population)**. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=KR>>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. World Development Indicators Database. **Exports of goods and services (% of GDP)**. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=2015&locations=KR-BR&start=1960>>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

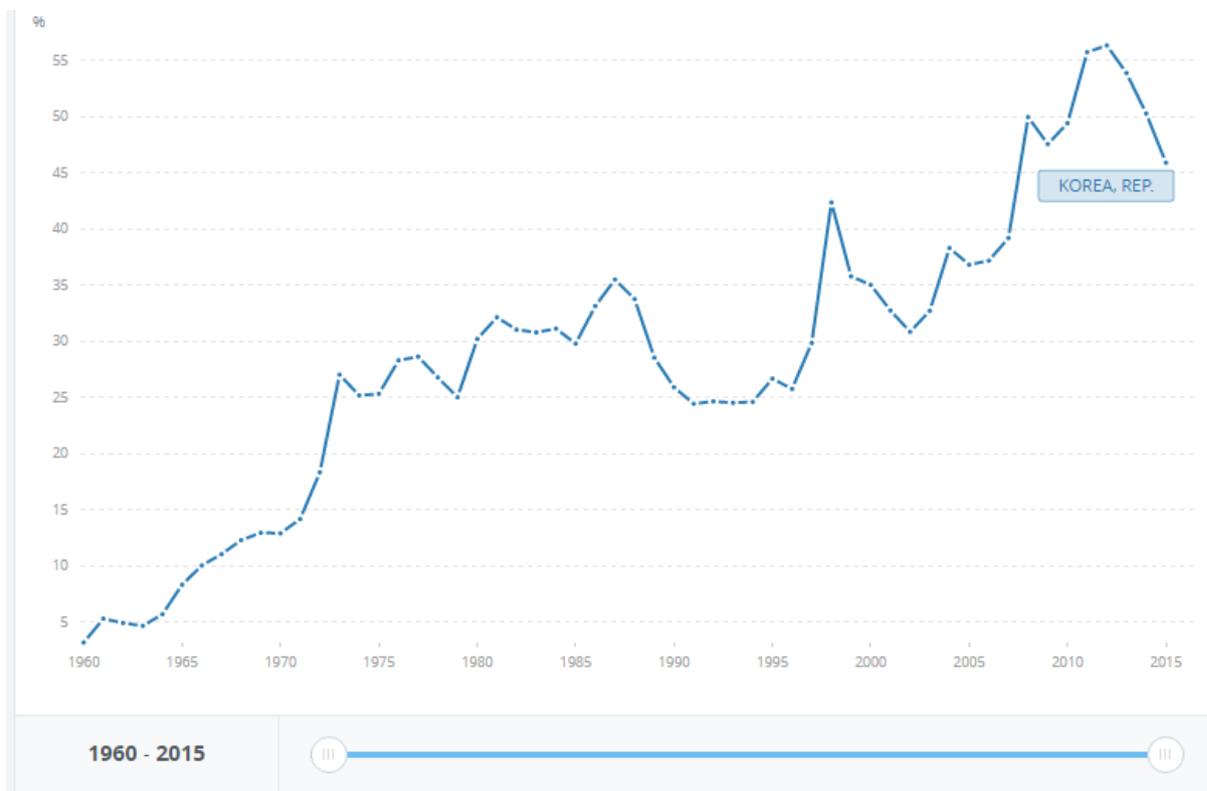
\_\_\_\_\_. World Development Indicators Database. **Household final consumption expenditure, etc. (% of GDP)**. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PETC.ZS>>. Acesso em 20 de nov. de 2016

## ANEXO A - Consumo final das famílias (em % do PIB) na Coreia do Sul



Fonte: World Bank (2016)

## ANEXO B - Exportações de bens e serviços (em % do PIB) na Coreia do Sul



Fonte: World Bank (2016)